



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

Atas de Comissões Temporárias

ANO LXVIII – SUP. “B” AO Nº 191 – TERÇA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL *	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28 Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70) Líder do PMDB - 21 Eunício Oliveira (62,70) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24 Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82) Líder do PCdoB - 2 Inácio Arruda (89,99) Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,91) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14 Líder Mário Couto - Bloco (34,61) Vice-Líderes Wilder Morais (101,112) Cyro Miranda (31,103) Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,68) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80) Líder do DEM - 3 José Agripino (2,10,14,44,46,77) Vice-Líder do DEM Wilder Morais (101,112)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 14 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109) Líder do PTB - 7 Gim (56,58,59) Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	SDD - 1 Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Antônio Helder Medeiros Rebouças Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA.....		1.1.2 – Comissão Externa destinada a re-	
1.1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS		alizar estudos e propor a atualização da Lei de	
1.1.1 – Comissão Externa destinada a ana-		Execuções Penais (Lei nº 7.210/1984)	
lisar os projetos em tramitação no Senado Fede-		Ata da 8ª Reunião realizada em 30 de outubro	
ral que tratam de Segurança Pública no Brasil,		de 2013	030
bem como debater e propor soluções para o			
seu financiamento		1.1.3 – Comissão de Juristas com a fina-	
Ata da 4ª Reunião realizada em 23 de outubro		lidade de elaborar anteprojeto do Código Penal	
de 2013.....	004	Ata da 14ª Reunião realizada em 20 de agosto	
Ata da 5ª Reunião realizada em 30 de outubro		de 2013.....	037
de 2013.....	020		

**COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO
ATS Nº37, DE 2013, COM A FINALIDADE DE
ANALISAR OS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO
NO SENADO FEDERAL QUE TRATAM DE
SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL, BEM
COMO DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES
PARA O SEU FINANCIAMENTO**

ATA DA 4ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 4ª Reunião realizada em 23 de outubro de 2013, às quinze horas e vinte e sete minutos, no Plenário 15, Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador **Vital do Rêgo** e com a presença dos Senadores: **Flexa**

Ribeiro, Humberto Costa, Sérgio Souza, Lindbergh Farias, Armando Monteiro, Eunício Oliveira e Pedro Taques. Deixaram de comparecer os Senadores: **Eduardo Braga e Randolfe Rodrigues.** Presente também o Senador não **membros Lobão Filho.** Na oportunidade, foi realizada audiência pública com a presença dos seguintes convidados: **Maria do Rosário Nunes**, Ministra de Estado da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; **Regina Maria Filomena de Luca Miki**, Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e **Leandro Piquet Carneiro**, professor doutor da Universidade de São Paulo – USP. Foram, ainda, aprovados os seguintes requerimentos:

Número	Ementa	Autoria
008/2013	Requer que seja solicitado o auxílio dos serviços, com ônus à origem, de profissionais de segurança pública designados pelas autoridades abaixo indicadas, para contribuir com os trabalhos da presente Comissão. A cessão deverá permanecer enquanto durarem os trabalhos da Comissão. Os profissionais deverão ser indicados por: a) Presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia - Sra. Martha Mesquita da Rocha; b) Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça - Dr. Leandro Daiello Coimbra; e c) Presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares - Cel. Carlos Alberto David dos Santos.	Senador Pedro Taques
009/2013	Requer a aprovação do cronograma abaixo sugerido para as audiências públicas da Comissão Temporária que trata das proposições a respeito da segurança pública no Brasil. Destaco que o presente cronograma foi elaborado tendo em vista diversas sugestões recebidas para o bom andamento dos trabalhos, Segue o cronograma sugerido: 1) <i>Audiência sobre o “Financiamento da Segurança Pública I” - 30/10/2013</i>	Senador Pedro Taques

Número	Ementa	Autoria
009/2013	<p>Convidados: Representante do Ministério da Justiça; Representante da Frente Nacional dos Prefeitos; Cláudio Coelho Lima – Secretário de Segurança e da Defesa Social do Estado da Paraíba; Alexandre Bustamante dos Santos - Secretário de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso; e Leandro Daiello Coimbra - Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.</p> <p>2) <i>Audiência sobre o “Financiamento da Segurança Pública II” - 06/11/2013</i></p> <p>Convidados: Wilson Salles Damazio - Presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública; Fernando Grella Vieira - Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo; José Mariano Beltrame - Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro; Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e Representante da Confederação Nacional dos Municípios</p>	Senador Pedro Taques

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Boa tarde a todos. Solicito a V. Ex^{as}, Sr^{as} e Srs. Senadores, o posicionamento em suas respectivas bancadas.

Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Temporária criada pelo Ato da Mesa nº 37, com a finalidade de analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de segurança pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento.

Conforme convocação desta reunião, vamos realizar esta audiência pública, com a presença das senhoras e dos senhores convidados, para analisar propostas e requerimentos.

Esta 4ª Reunião da Comissão Temporária, destinada à análise dos projetos que tratam de segurança pública brasileira, ressalta o plano de trabalho elaborado pelo ilustre Relator, Senador Pedro Taques, aprovado em 09 de outubro passado.

Esta Comissão terá a finalidade de analisar proposições legislativas, colher subsídios, debater com especialistas, ouvir a população, instituir um canal de comunicação entre o Senado e a sociedade, para propor inovações normativas necessárias ao combate da criminalidade.

Daí a necessidade da realização de audiências públicas, como a que ocorrerá hoje, com a presença dos ilustres convidados.

Ainda de acordo com o plano de trabalho, recentemente aprovado, as matérias a esta Comissão foram classificadas e separadas em cinco eixos temáticos: Eixo 1 – Proteção ao Cidadão e à Vítima; 2 – Financiamento da Segurança Pública; 3 – Estrutura da Polícia Brasileira; 4 – Defesa Civil; 5 – Regulamentação de Atividades Potencialmente Nocivas à Segurança dos Cidadãos e outros temas.

A audiência pública que hoje diz respeito ao 1º Eixo que mencionei tratará de proteção ao cidadão e à vítima. Teremos a honra de ouvir, nesta oportunidade, a Ministra de Estado, Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; o Prof. Leandro Piquet Carneiro, da Universidade de São Paulo; e a Regina Maria Filomena de Luca Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública.

Antes de chamar os ilustres convidados à Mesa, há uma manifestação, cuja deliberação gostaria de solicitar a respeito. Entre os 44 projetos que estamos analisando, através das sub-relatorias, há um que tramitava na Comissão de Constituição e Justiça, que tem como Relator o Senador Aécio Neves, a Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2012, do Senador

João Capiberibe e outros, que institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento em Segurança Pública.

Como esta Comissão tem também, nos seus objetos, propor soluções para o financiamento da segurança pública, esta proposta veio a nossa Comissão, entre outras 43.

O Senador Capiberibe, ontem, o Presidente Renan Calheiros, fez uma solicitação a esta Presidência e ao Sr. Relator, no sentido de devolver à tramitação normal este projeto, no caso voltar à CCJ, em virtude da celeridade com que devemos tomar posições a respeito da matéria.

Particpei ao Senador Capiberibe que essa era uma decisão que não caberia de ofício à Presidência, tampouco ao Sr. Relator, mas, ouvindo aos demais Pares, se esta proposta voltasse, estaria desapensada das outras que compõem o nosso quadro de análise e voltaria para Comissão de Constituição e Justiça, que já tem um Relator, o Senador Aécio Neves, que já deu parecer favorável a essa proposta.

Consultaria V. Ex^{as} para dividir com cada um essa decisão.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ouço o Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Só para fazer uma consulta ao Relator, Senador Pedro Taques, se ele está de acordo com a tramitação natural, normal, que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça da matéria que está apensada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu ia consultar o Senador Pedro Taques, por fim, para que ele ouvisse V. Ex^{as}, mas V. Ex^a quer antecipar sua opinião, até para, de certa forma, lastrear o pensamento da Comissão.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cidadãos que nos acompanham, eu analisei o projeto, a proposta. O Senador Capiberibe já viajou o Brasil discutindo esse tema.

Não vejo prejuízo para esta Comissão que esta proposta siga a tramitação normal junto à Comissão de Constituição e Justiça. Não vejo nenhum óbice a esse fato. Também não há prejuízo para esta Comissão se essa proposta de emenda à Constituição tiver sua tramitação normalmente na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Antes de ouvir novamente o Senador

Eunício de Oliveira, ouço o Senador Humberto Costa e, depois, o Senador Armando Monteiro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Queria dar um encaminhamento diferente desse que foi dado. Pelas informações que tive e as discussões que acompanhei, foi o conteúdo desta PEC que ensejou a criação dessa própria Comissão. Tanto que foi dito, num primeiro momento, que seria de segurança pública e financiamento da segurança.

Dessa maneira, muitas propostas, PECs, projetos de lei, que tratavam de segurança pública, vieram todos para cá. Por que razão essa PEC vai voltar para lá?

Queria manifestar a minha incompreensão e a minha discordância com relação a esse encaminhamento. Devemos discuti-lo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Consulto V. Ex^{as}.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Parece-me também que, tendo reunido todas as proposições e projetos que vão tratar de cada tema pertinente ao grande tema da segurança pública, também não vejo razão para apartar esse processo em relação à PEC do Senador Capiberibe.

Acompanho aqui a posição do Senador Humberto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Acompanho o Senador Humberto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Lobão Filho, novo integrante, para júbilo e prazer da nossa Comissão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA. *Fora do microfone.*) – Vou apoiar o posicionamento do Senador Humberto Campos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, também acompanho a posição do Senador Humberto, até porque se, como disse o Senador Armando Monteiro, esta Comissão foi feita para atender a todos os projetos, não há por que uns ficarem tramitando em separado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Eunício Oliveira, finalmente, V. Ex^a consultou o Relator.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Consultei o Relator por dois motivos: primeiro, queria saber o seu posicionamento em relação à tramitação e à importância dessa PEC; e, segundo, exatamente por isso, porque a minha preocupação, Sr. Presidente, é que essa matéria sendo desapensada, temos aí 40 projetos tramitando, que vieram para esta Comissão.

Se desapensarmos uma matéria para um determinado Senador, com todo o respeito ao Senador Capiberibe, o que pode acontecer é que vamos abrir um precedente para que outros também peçam o desapensamento. Inclusive, há matérias de minha autoria que estão aqui para desapensar, com o objetivo de dar maior celeridade.

Então, estamos discutindo um conjunto de propostas que, no final, vai ter um outro tipo de autoria, respeitada a autoria de cada Senador que propôs a matéria, obviamente será citado, será contemplado, pelo texto do Relator, Senador Pedro Taques. Não tenho dúvida disso.

Nesse caso, então, quero acompanhar os demais Senadores, no sentido de não abriremos um precedente, senão vamos, toda semana, ter alguém pedindo para desapensar matéria.

Também queria propor que, já que estamos fazendo esse posicionamento, esse fosse o direcionamento desta Comissão, já nesta decisão de hoje, para não haver nenhum tipo de desapensamento. Qualquer requerimento que viesse já seria automaticamente, de pronto, rejeitado por V. Ex^a, autorizado obviamente pelos demais membros da Comissão.

Era a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Consulto V. Ex^{as}.

O Senador Eunício Oliveira, ao se manifestar, apontou para a extensão dessa decisão de S. Ex^{as} para quaisquer outros requerimentos que possam provir desse mesmo teor.

Consulto ao mesmo tempo V. Ex^{as}.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Concorde. Queria apenas fazer um adendo que vou apresentar um requerimento para que possamos fazer, pelo menos, uma audiência pública sobre essa PEC a que V. Ex^a se referiu.

Acho que isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Há uma relatoria especial que trata desse tema. Parece-me que está com o Senador Eduardo Braga, ou com o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Não me recordo. *(Pausa.)*

O Senador Aloysio Nunes pediu desligamento da Comissão. Então, o Senador Eduardo Braga é o Relator setorial, ou sub-relator desta matéria.

Definida a manifestação de V. Ex^a, com a palavra o Sr. Relator.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, apenas para dar ciência a V. Ex^a e aos Srs. Senadores...

A Ministra já chegou. *(Pausa.)*

Permita-me, Sr. Presidente, apenas para dar ciência a V. Ex^a...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Só para proclamar o resultado, o requerimento de solicitação de desapensamento de matérias, esta Comissão, por unanimidade, delibera que os 44 projetos haverão de ter a relatoria geral, a análise, depois das relatorias setoriais.

Fica uma decisão tomada por todos os membros desta Comissão, ressalvada a posição do Relator e desta Presidência.

Com a palavra, o Sr. Relator, para iniciarmos a nossa audiência pública.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, V. Ex^a, Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Antes de o Relator iniciar os seus trabalhos, gostaria de perguntar se S. Ex^a poderia acolher o requerimento que estou para entregar no seguinte sentido: V. Ex^a requereu a presença de dois Procuradores para auxiliar o meu trabalho, que será extenso, técnico, profundo e certamente de uma grande responsabilidade.

Eu queria sugerir a V. Ex^a que pudesse também ter a colaboração de dois policiais federais, para que V. Ex^a possa ter, diria, um leque maior de contribuições dentro do relatório que está por vir.

Portanto, queria, com o beneplácito do nosso Presidente, encaminhar a V. Ex^a um requerimento, no sentido de pedir ao Diretor-Geral que indicasse dois delegados para lhe auxiliar também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me, mesmo inicialmente com manifestação divergente, quero associar-me aos demais Senadores, no sentido de que nenhum dos projetos que foram para cá colacionados possam ser retirados da Comissão.

Concorde inteiramente com a manifestação da maioria, Sr. Presidente.

Gostaria de fazer referência que, como Relator, já recebi, no gabinete, a presença do Colégio de Chefes de Delegados Gerais de Polícia do Brasil todo, manifestando interesse de participar de uma audiência pública. Recebi, hoje, o Presidente do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais de Polícias Militares e Bombeiros Militares, que aqui se encontra – Coronel Carlos Alberto –, juntamente com o Comandante-Geral da Polícia Mili-

tar do Distrito Federal, o Comandante da Polícia Militar de Minas Gerais, o Comandante da Polícia Militar de Rondônia, de Goiás, e o Subchefe do Estado Maior do Estado de São Paulo, todos eles, manifestando o interesse em colaborar com esta Comissão.

Tendo em vista esse fato e a conversa anteriormente já feita com S. Ex^a o Senador Lobão Filho, eu, como Relator, vou solicitar à Presidência e colocar sob a votação dos Senadores que a relatoria seja auxiliada – e este não será um relatório só do Relator, mas de todos os Senadores – por um policial federal, por um membro da Polícia Militar e também da Polícia Civil, por indicação do Presidente do Conselho de Comandantes Gerais, da Delegada Geral do Rio de Janeiro, Dr^a Martha Rocha, que preside o Colégio de Delegados Gerais, e o Dr. Leandro, da Polícia Federal.

Penso que o Senador Lobão Filho tenha razão. Isso se faz mais democrático, e teremos uma visão mais holística, digamos assim, da investigação, com a colaboração desses membros, dos mais variados instrumentos da segurança pública previstos na Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Solicito que V. Ex^a encaminhe um ofício a esta Presidência, para que tomemos as providências necessárias e cabíveis de pronto.

Convido a Sr^a Ministra de Estado da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Deputada e companheira do Congresso Nacional, Maria do Rosário Nunes, que muito nos honra com sua presença.

Convido o Professor Doutor, da Universidade de São Paulo, Dr. Leandro Piquet Carneiro.

E a Secretária Nacional de Segurança Pública, que, nesta audiência, representa S. Ex^a o Ministro da Justiça, Regina Maria Filomena de Luca Miki.

Passaremos a ouvir, pela ordem, a Sr^a Ministra Maria do Rosária, que nos dá a honra novamente de sua presença no Senado Federal.

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Senador Vital do Rêgo, quero fazer uma saudação a V. Ex^a, agradecendo o convite para esta reunião de trabalho, destinada a debater as questões relacionadas à segurança pública. Aproveito, então, e saúdo, ao mesmo tempo, o Relator, Senador Pedro Taques, e os Colegas desta Mesa, Regina Miki, do Ministério da Justiça, e o Prof. Dr. Leandro Piquet, justamente um estudioso da área de segurança pública e direitos humanos.

Quero fazer uma saudação aos Srs. Senadores, agradecendo enormemente a oportunidade de estar aqui para tratar desse tema, porque, com o convite que os senhores fazem à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, procurarei, ainda que com brevidade, apresentar um conjunto que justifique

a nossa atuação a partir da perspectiva da vítima, enfrentando justamente uma noção estereotipada que há sobre os direitos humanos e que tem sido o nosso principal objetivo de enfrentarmos.

Os direitos humanos não têm outra vocação que não o direito à vida e à dignidade humana. Os direitos humanos estão orientados, no plano nacional, pelo sentido da democracia da Constituição Federal de 1988, e no plano internacional, Senador Lobão Filho, por uma série de normas e tratados de que o Brasil é signatário por decisão soberana da Nação brasileira e do Congresso Nacional.

Toda a orientação, portanto, quando falamos em direitos humanos, é para a dignidade, a paz e a não violência, em primeiro lugar, do próprio Estado, reconhecendo que cabe ao Estado democrático a prerrogativa única do uso da força. É uma meta, é uma estrutura, no plano dos direitos humanos, que somente o Estado, nas sociedades democráticas, tem a possibilidade de usar a força em nome da sociedade e do próprio Estado.

Este uso da força se faz dentro da lei, das normas, do Estado de democrático de direito e de forças policiais, que têm uma importância essencial para a garantia da segurança pública também como direito humano.

Eu faço esse preâmbulo, Srs. Senadores, porque acredito, Senador Pedro Taques, que devemos ter em conta, sempre que debatemos esse tema sobre as vítimas da violência e sobre as questões relacionadas à segurança pública, como referência, até por obrigação, como homens e mulheres do período democrático do Brasil, o art. 5º da Constituição Federal. O art. 5º da Constituição Federal, no título que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais, não coloca a segurança como um tema entre os incisos, meu caro Senador Eunício Oliveira; coloca a segurança no *caput* do artigo. A segurança participa do *caput* do art. 5º, que trata dos direitos e garantias individuais, ao lado do direito à igualdade, à vida, à liberdade e à propriedade – temas, portanto, fundamentais.

Se nós pudermos ter uma hierarquia de valores a serem protegidos no âmbito dos direitos e garantias fundamentais, teríamos no mesmo patamar a liberdade e a segurança, descritos no mesmo parágrafo, no *caput* do artigo. Portanto, essa é uma questão de direitos humanos, é uma questão essencial para a dignidade humana.

Por outro lado, o art. 245 da nossa Constituição cidadã ainda não foi regulamentado. E esta Comissão poderá ter um trabalho muito importante, principalmente porque o art. 245 diz que: “Lei disporá sobre as hipóteses e condições em que o Poder Público dará

assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso, sem prejuízo da responsabilidade civil do autor do ilícito.”

E nós ainda não regulamentamos o art. 245 no período democrático, de forma que os programas que levamos adiante no âmbito da segurança pública, coordenados, dirigidos com diligência e competência pelo Ministério da Justiça, e no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, partem desse pressuposto. E ainda que não tenhamos a regulamentação do art. 245, o Brasil possui programas de proteção a vítimas e a testemunhas que, mesmo limitados, têm conseguido, ao longo dos anos, responder às necessidades de um país que precisa superar as marcas da violência como marcas de Estado e marcas muito profundas na nossa cultura.

De forma que o nosso diagnóstico de trabalho é a necessidade de realizarmos cada vez mais uma série de ações que vise sobretudo à diminuição dos números da violência, especialmente a diminuição do número de homicídios. Toda política de segurança pública, pautada por um viés de direitos humanos, como a Constituição orienta, deve proteger a vida e, portanto, em todos os sentidos para nós, no Brasil, o principal desafio é diminuir o número de homicídios. Nós ainda estamos entre os países onde há um número muito elevado de homicídios.

Vejamos, por exemplo: em 1980, tínhamos 11,4 homicídios para 100 habitantes. Em 2003, passamos a 29 homicídios por 100 mil habitantes. Na última década, nós tivemos uma importante estagnação dessas taxas. As medidas que foram tomadas têm dado resultados, mas essas medidas precisam ser acrescidas e, ao mesmo tempo em que estamos conquistando uma estabilidade econômica – que não é apenas macro, que se dá na vida das pessoas, uma estabilidade social que não é apenas superestrutural, mas que está lá em cada comunidade –, nós precisamos libertar o País de um grande número de mortes que acontecem sobretudo nas periferias urbanas. E temos consciência disso como uma necessidade do Estado e uma necessidade da sociedade brasileira também.

Vejam que, em 2010, nós tivemos 49.932 mortos por homicídio no ano – 53% deles jovens, a maioria jovens, 76% negros, e 91%, homens. Há, portanto, um forte viés cultural, um forte viés também na mortalidade de juvenil, negra, nas periferias urbanas.

Diante disso, o Governo Federal estabeleceu políticas compiladas sob um grande guarda-chuva, que chamamos Juventude Viva, com uma série de iniciativas que estão em curso, justamente focadas na produção de projetos de vida e em disputarmos com o crime a consciência dos nossos jovens, e o crime não pode ficar impune.

Portanto, diante desse diagnóstico, em que temos consciência de que temos mortes demais no Brasil, de que a nossa grande meta, não apenas em termos de segurança, mas de sociedade brasileira... Aqui, quando temos essa meta, não pode ser só um peso e uma responsabilidade no âmbito das polícias, mas há elementos anteriores à condição de serem situações de polícia. Não é apenas um caso de polícia. A mortalidade no Brasil diz respeito a produzirmos mudanças, inclusive compreendendo que boa parte dos crimes se dá nas relações interpessoais.

O Ministério Público Federal e o CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) realizaram uma campanha recentemente, que se chamava Conte até 10, justamente a partir da identificação de que a maioria das mortes se dá tendo como ponto de partida a impulsividade...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB. *Fora do microfone.*) – Impulso emocional.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – O Senador Vital do Rêgo me apoia aqui dizendo “impulso emocional”.

A constatação do CNMP e a constatação das pesquisas no âmbito da segurança indicam que temos de fazer também uma grande jornada no âmbito da cultura, da tolerância na superação da violência na sociedade brasileira.

Agora, não há dúvida alguma de que, tendo como objetivo central a redução da taxa de homicídio, há que se observar uma série de elementos que nós estamos trabalhando e queremos, no próximo período, fortalecer – no âmbito do Ministério da Justiça, na relação republicana mantida com os Estados, que são responsáveis pelas polícias dos Estados e pelas forças de segurança dos Estados, e também no âmbito dos Municípios, com as atribuições que eles têm assumido ao longo dos últimos anos.

Ao observarmos a preocupação com a taxa de homicídios, nós observamos a necessidade também de focarmos em fatores de risco e na compreensão das circunstâncias onde ocorrem os crimes e as violências, e investirmos cada vez mais em inteligência e em perícia. Essa é uma linha política que o Governo Federal tem seguido: o fortalecimento das perícias e da inteligência dos setores investigativos é capaz de promover mudanças efetivas no âmbito da cultura policial brasileira. Uma polícia vocacionada à solução daquilo que ela tem diante de si como um crime é uma polícia focada na inteligência e que utiliza tecnologias, treinamento, formação, justamente para utilizar esse conhecimento a favor da resolução do crime.

E a resolução do crime, tenham certeza os senhores, ao qual nos filiamos totalmente como agentes de direitos humanos dentro do Governo, é um passo dos mais importantes para o enfrentamento da impunidade que realimenta o crime, porque os agentes de direitos humanos, os militantes, os gestores das políticas de direitos humanos não podem mais, não aceitam a convivência com a impunidade. Não aceitam que as pessoas sejam vítimas, de forma que uma política de segurança baseada também em fatores de risco capazes de mapear os riscos e de enfrentar as contradições que a sociedade tem. Cito uma contradição aqui, pedindo licença a quem entende desse tema, de forma excepcional, a querida Regina Miki.

Vejam os senhores, aqueles atores que tentam descaracterizar as UPPs, dizer que as UPPs não dão conta do desenvolvimento de uma política adequada, aqueles que tentam simplesmente desmerecer a experiência vivenciada no rio de Janeiro ou outras experiências inovadoras, a partir de uma situação gravíssima que envolve o desaparecimento de um homem, de um pai, de um morador de uma comunidade, como no caso do Amarildo.

Todos nós, no âmbito do Governo Federal, a Secretaria de Direitos Humanos, com apoio da Polícia Federal, está atuando diretamente na defesa das testemunhas, indicadas a partir do Rio de Janeiro para o programa de proteção.

Agora vejamos: se de um lado há vários policiais do Rio de Janeiro indiciados pela tortura, pelo desaparecimento, pela ocultação de cadáver, com direito pleno de defesa – que a democracia deve assegurar a esses policiais, com o contraditório que eles têm direito de apresentar, com a possibilidade, ou não, de o Ministério Público se pronunciar, de uma forma ou de outra, dentro daquilo que é legal e que deve valer para todos e, sem dúvida, para esses agentes do Estado também –, por outro lado, se se condena a atuação desses policiais, nós devemos produzir um reconhecimento: foi a Polícia Civil do Rio de Janeiro que identificou a existência dos policiais e que promoveu o indiciamento.

Então, vejamos as situações quando nós falamos em segurança: não é para o desmerecimento total das experiências. Nós precisamos reconhecer que é o mesmo Estado, o mesmo Poder instituído, que tem agentes que se desviam e vão para um caminho ilegal e, por outro lado, agentes de segurança também, policiais civis, que agem com fundamento nas suas atribuições e com isenção, mesmo diante de seus colegas, no âmbito da Secretaria de Segurança, são capazes de promover o indiciamento. De forma que é essa contradição que nós vivemos. Nós vivemos uma contradição entre setores que querem avançar, policiais

que empenham a dignidade de suas vidas na defesa da vida, da verdade, de salvarem vidas e, por outro lado, uma máquina que mantém dentro de si bolsões que devem ser identificados e retirados de dentro dela porque pode comprometer o todo. A pior situação é quando há uma mistura entre, como eu disse no início, os agentes que o Estado credenciou para agir em seu nome e esses agentes desvirtuam a sua atuação e passam a agir de forma concatenada ao crime. Nós não podemos aceitar isso.

Então, jamais... Eu tomo este espaço como uma possibilidade de um esclarecimento. As agendas de direitos humanos se pautam pelo pleno direito e reconhecimento da atividade policial dentro da lei, da ordem, da justiça, do Estado democrático de direito. Sem um ordenamento jurídico, sem o cumprimento da lei por quem quer que seja, o País não tem condição de avançar no seu trabalho de democratização de todas as instituições. De forma que o Ministério da Justiça coordena uma série de ações para uma polícia mais capacitada, mais bem formada, mais treinada, mais apoiada, desde a União até os Estados. E nós temos a responsabilidade de atuar em conjunto para desmitificar essa falsa questão que opõe direitos humanos e polícias e procurar defender a dignidade dos bons policiais e das forças policiais, que nós referendamos e apoiamos. Isso exige que quando forem identificados maus policiais aqueles que têm consciência do bom trabalho que devem realizar em nome da sociedade tenham liberdade de fazê-lo e não sejam reféns das estruturas que interagem com o crime.

Por último, portanto, eu queria referir-me a que, sem dúvida, precisamos produzir reformas no âmbito das polícias. Há reformas necessárias. Essas reformas devem visar o fortalecimento. Nós não podemos ser, em nenhuma medida, reféns da atuação criminosas. Nós precisamos ter, portanto, a capacidade de produzir polícias com carreiras estruturadas, atendidas nas suas atividades policiais e seguras das suas atribuições, avançando, inclusive, em manuais de procedimentos, de modo que todo policial saiba claramente o que pode fazer e saiba, principalmente, que terá o apoio do seu governo e da sociedade em todos os momentos em que ele agir de acordo com a lei.

Devemos constituir, portanto, corregedorias independentes, ouvidorias, enfrentar essa situação do “bico”, que existe, lamentavelmente, e que sobrecarrega, e investir mais e mais em polícias comunitárias. Também devemos pensar um sistema mais adequado, mas pensar, sobretudo, em um sistema de segurança que se articule ao sistema de justiça, em que aquilo que o policial faz seja também reconhecido. Por isso, falamos tanto em um trabalho técnico. Aquilo que o po-

lial faz precisa ter um lastro de juridicidade que faça a comprovação, para que logo adiante não caia, não deixe de ser denunciado pelo promotor ou deixe de ser considerado por um juiz, levando, muitas vezes, à desmoralização do trabalho de quem foi lá, desbaratou uma quadrilha, prendeu e não viu a responsabilização efetiva ser realizada.

Eu, especialmente, enfrentei muito isso em relação aos crimes sexuais. Eu fui Relatora de uma CPI mista sobre crimes sexuais, sobre exploração sexual. À época, fiz, como Relatora, a denúncia de mais de 200 pessoas e nem 5% foram verdadeiramente indicadas, porque é difícil a busca da prova – ainda que nos crimes sexuais tudo seja efetivamente mais difícil –, mas, no tráfico de pessoas, todas as indicações que tínhamos buscado naquele tempo em que fizemos o nosso trabalho não tinham, efetivamente, o rigor para produzirem a comprovação que levava à condenação dos envolvidos.

Isso me faz pensar que o trabalho de polícia deve ser muito apoiado, que o trabalho de polícia deve ter essa base pericial e – é claro, sem dúvida, – nós devemos sempre, em cada momento, até para superarmos essa cultura ainda de descolamento, atuar justamente para que não exista abuso de autoridade.

Eu concluo dizendo isto: o abuso de autoridade, que temos como legado perverso do período ditatorial no Brasil, precisa ser retirado da atuação policial, diante de quem quer que seja, porque quem condena é um juiz, quem denuncia é o Ministério Público. As atribuições devem estar definidas para cada escopo e cada responsabilidade ser levada adiante. Por isso, nós estabelecemos recomendação no âmbito do Conselho de Direitos Humanos sobre a questão dos autos de resistência, justamente definindo a diferença da perícia e estabelecendo que a perícia, mesmo nos casos de morte por agente do Estado, e talvez principalmente nesse caso como em todos, deve ser observada a manutenção do espaço e a garantia de nenhuma interferência, justamente para enfrentarmos a possibilidade de abuso de autoridade.

O Brasil não tem estruturas democráticas prontas. Muitas vezes, nós, na política, somos criticados: nos cobram a reforma política, e nós sabemos que é uma urgência e que ela tem de estar na ordem do dia; nos cobram as questões tributárias, as questões no âmbito da segurança pública e do sistema de justiça também são uma cobrança da Nação. No entanto, são uma cobrança de quem muitas vezes não é ouvido, são uma cobrança de mães e de pais de família que perderam seus filhos, de uma legião de brasileiros que nunca mais vão voltar para casa com a mesma alegria.

É por isso que nós, aqui, sustentamos que esta Comissão possa contribuir objetivamente na regulamentação do art. 245, sem nenhuma loucura orçamentária, fora de qualquer lógica que seja clientelista. Enfim, temos de pensar em como prevenir a violência e também em como atender às vítimas, pois isso é algo que precisamos neste Parlamento. Nós devemos prevenir a violência, mas essas mães e esses pais devem ter de nossa parte o abraço amigo e a certeza de que podem contar com seus governos em todas as estruturas. É isso o que nós mais queremos realizar no Brasil diante das vítimas que clamam pela nossa presença e que, tantas vezes, nós não conseguimos atender.

Muito obrigada. Estou à disposição.

Certamente, as contribuições do Prof. Piquet e da Regina Miki serão ainda mais importantes para este debate, mas, na agenda de direitos humanos, nós estamos plenamente à disposição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Parabenizo-a e lhe agradeço.

Muito nos honra a presença da Ministra Maria do Rosário.

A participação de V. Ex^a encanta todos nós pela postura aguerrida, pela bravura, pela coragem e, principalmente, pelo senso de justiça. V. Ex^a, no exercício desse ministério tão difícil e delicado, procura desmistificar, como direitos humanos, a vida pacífica em comunidade com o Estado, com o aparato policial.

O tema que V. Ex^a nos trouxe, com que nos brinda, refere-se exatamente a isto: podemos conviver todos respeitando os direitos de cada um.

Parabenizo-a, em nome desta Comissão. Temos a honra de contar com sua presença, com sua participação, que muito nos engrandece.

Passo a palavra ao Dr. Prof. Leandro Piquet Carneiro, Professor Doutor da Universidade de São Paulo.

O SR. LEANDRO PIQUET CARNEIRO – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo; Sr. Relator, Senador Pedro Taques; Ministra Maria do Rosário e Secretária Regina Miki. Muito obrigado pelo convite para esta participação.

Eu queria fazer aqui meus comentários, centrado basicamente no assunto que foi proposto pela Comissão para o dia de hoje e que diz respeito à questão da proteção às vítimas e a um conjunto de iniciativas do Senado que foram destacadas aqui para a nossa conversa de hoje, para a nossa audiência.

Em particular, acho que, nesse conjunto, houve uma constatação muito interessante, ao perceber a mudança que houve não apenas no Senado mas também no Congresso Nacional diante do tema da segurança pública.

Recentemente, no ano passado, concluí um artigo fazendo um balanço da produção legislativa nos Governos Lula e Fernando Henrique na área de segurança. E o título que eu achei interessante para o artigo foi “O Poder Ausente”. Vou ter de fazer uma revisão profunda desse artigo, porque, na verdade, o Senado tem se destacado muito nessa ação, como também a Câmara. Então, acho que houve uma atividade legislativa da maior importância.

Essas 44 proposições que estão em análise no momento, em particular essas que dizem respeito à questão da vítima, mostram não só uma importância quantitativa, como também uma importância qualitativa. Quer dizer, são propostas muito importantes, na minha avaliação. Eu gostaria de fazer alguns comentários sobre essas propostas que estão em tramitação e, particularmente, sobre aquelas que hoje estão em discussão por parte da Mesa.

Eu gostaria de destacar duas propostas nesse conjunto, pela importância e pelo caráter abrangente. Uma delas é o PLS nº 271, que tenta normatizar a questão do uso da força por parte das Polícias. Acho que essa é uma matéria da maior importância e que afeta diretamente...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Eu diria que é vital. *(Risos.)*

O SR. LEANDRO PIQUET CARNEIRO – É de autoria do Senador Vital do Rêgo. Considero que é um projeto de lei que trará uma enorme contribuição se for aprovado. E quero dizer por que acho que ele é importante.

Eu acho que, no trabalho de polícia – e este é o tema da minha pesquisa, do meu trabalho acadêmico, de formação, entender o trabalho de polícia –, existe uma atividade que é muito importante, que é o trabalho de contenção de distúrbios sociais. E esse trabalho de contenção de distúrbio social exige uma especialização muito profunda por parte do policial. Eu acho que o projeto de lei resgata exatamente esta necessidade do treinamento, da especialização, da preservação dessa especialidade. Acho que os exemplos, principalmente em São Paulo, têm demonstrado que a utilização de forças policiais normais, o patrulhamento no controle de distúrbios, gera sempre problemas muito graves. Quer dizer, a polícia de São Paulo tem recorrido, muitas vezes, à utilização da força tática, das unidades táticas, e isso gera problemas, muitas vezes, de falta de conduta adequada nessas situações.

Então, eu acho que a ideia do projeto de lei para normatizar aquilo que se espera do contingente especializado no controle de distúrbio, aquilo que se espera do ponto de vista dos procedimentos, utilizar o marco

internacional disponível para isso, é um exemplo de uma peça de legislação que, na minha visão, trará uma enorme contribuição.

Eu gostaria de lembrar, Senador, só um aspecto muito importante que diz respeito à questão da responsabilização na ação. Os arts. 14 e 15 do projeto de lei que o senhor apresentou estabelecem a cadeia de comando e o responsável pelo comando, mas, em muitas situações – isso precisa ficar muito claro –, a ordem vem do Secretário de Segurança, vem do Comandante de Polícia ou vem do oficial que está no terreno. Então, se a responsabilidade é do oficial que está no terreno, essa cadeia de responsabilização tem que ficar. E ele diz: “Não, eu não vou fazer qualquer coisa que não seja aquilo que eu acho que tem que ser feito”.

Eu lembro aqui o caso do brasileiro Jean Charles, que não resultou, por exemplo, em condenação dos policiais que executaram a ordem, porque eles executaram uma ordem de alguém que era responsável e que foi responsabilizado por aquela ordem. Agora, o policial que executou sequer respondeu a procedimento. Respondeu a procedimento interno, mas não foi responsabilizado legalmente pela ação.

Então, esse é um exemplo de que é muito importante preservar essa cadeia, porque aquele que executa não pode ser, em última instância, responsável por uma ordem incompetente e inadequada.

Acho que o marco que a Ministra trouxe aqui para se entender essa tensão do trabalho de polícia é fundamental. Acho que isso é da maior importância. Que fique clara essa responsabilização. Acho que esse é o único aspecto que está lá, mas acho que poderia ficar bem claro em que ponto isso para.

Eu queria também destacar, no pacote, o Projeto de Lei nº 227, de autoria do Senador Armando Monteiro, como também uma contribuição sistêmica e da maior importância. Acho que é uma proposição que se articula a uma iniciativa do Ministério da Justiça. A Secretária Regina Miki foi diretamente responsável por uma iniciativa muito importante, que foi a criação do Sinesp. Acho que o Ministério da Justiça tem dado um sinal muito claro da importância de se avançar na construção de um sistema de informação sobre crime e segurança pública. A liderança da Secretária foi decisiva para que esse projeto se consolidasse.

Agora, eu acho justamente que o PLS nº 227, que está em tramitação aqui no Senado, contribui num aspecto muito importante para o Sinesp, que é na normatização da entrada dos dados. E um esclarecimento muito importante, que obviamente vai gerar uma enorme disputa no processo de discussão, diz respeito a como normatizar o conceito de autoridade policial e competência para o registro de ocorrência. Acho que

é muito importante hoje entender que o Brasil passa por essa situação de crise com a segurança pública, que esse é um esforço que vai exigir a participação não só daqueles agentes já tradicionalmente responsabilizados e envolvidos nesse assunto, mas também das Forças Armadas, em várias situações, como no patrulhamento de fronteira, no combate ao contrabando. É um trabalho da maior importância. Quer dizer, nesse aspecto, no PLS nº 227, podem sair também como autoridades policiais nessas ações de patrulhamento de fronteira, por exemplo, como capazes de lavrar um boletim de ocorrência; e um boletim de ocorrência que seja único no sistema de Justiça. Que tenha numeração única, que permita um acompanhamento, que responda a uma série de problemas de cifra obscura que hoje temos. Então, eu acho que essa foi uma contribuição importante.

E eu queria aproveitar a oportunidade para dizer que, esta semana, foi divulgada uma pesquisa de vitimização em São Paulo, que mostra a importância quantitativa desse problema. Essa pesquisa foi feita em 2003, 2008 e, agora, em 2013. É uma pesquisa já tradicional na área, que monitora crimes ocorridos, entrevistando a população. Nessa pesquisa, por exemplo, os casos de roubo a transeuntes, no conjunto da população de São Paulo, hoje estão na taxa de 46 por mil habitantes, 46 vítimas por mil habitantes. Dessas 46, 17 recorrem à polícia. E, dessas 17, 11 comparecem à delegacia. O que esses três números – 46, 17 e 11 – representam é o seguinte: o que é conhecido na área como cifra obscura da vitimização. É uma perda de informação significativa. Muitas pessoas não procuram a polícia.

Mas o Brasil tem uma novidade. O Brasil tem essa dupla cifra obscura. As vítimas procuram a polícia, ou seja, chamam o 190 para o atendimento, e relatam o que aconteceu, mas essa informação é desperdiçada porque muitas das vítimas não vão à delegacia registrar o Boletim de Ocorrência. É normal em qualquer lugar do mundo que haja essa distância entre o ocorrido e o relatado, mas em nenhum país há essa dupla cifra obscura que nós temos no Brasil, em que a vítima decide contatar a polícia, aciona o 190, o policial militar vai até o local e tenta convencer a vítima a ir à delegacia registrar a ocorrência, o que pode acontecer ou não.

Então, eu chamo a atenção para o fato de que essa pesquisa mostra a importância quantitativa desse projeto de lei, do ponto de vista de quanto será ganho. E vou citar um exemplo desse ganho. Foram registrados, na cidade de São Paulo, no ano de 2012, 112 mil roubos a transeuntes nas delegacias da capital. Se utilizarmos a pesquisa de vitimização para estimar o número total de roubos ocorridos, chegaremos ao número de 530

mil roubos que realmente ocorreram. Ou seja, 415 mil roubos são desconhecidos, pois não há informação sobre eles. Essa é uma perda importantíssima.

A Ministra enfatizou a questão da perícia, da inteligência, da integração de dados. Mas, Ministra, sem a participação da vítima na produção da informação, não temos nada. Não temos nada. É muito importante convencer a vítima a participar do processo de denúncia, de levar essa informação, não apenas a preocupação com o seguro, mas a preocupação também em transformar a comunidade, o local onde vive, onde trabalha, em um local mais seguro.

E quero chamar a atenção para o que nós poderíamos ganhar se houvesse o boletim único em vigência no País. Em São Paulo, desses 415 mil roubos sem informação, poderíamos ter 70 mil a mais se o policial militar que fez o atendimento na rua, no sinal, ou que foi até a residência, pudesse registrar a ocorrência. Registrar a ocorrência e levar à autoridade de polícia judiciária, que, obviamente, continua sendo a responsável por organizar o inquérito policial. Eu acho que isso não afeta a estrutura que existe hoje no País, do ponto de vista de divisão das polícias, das competências. Reconhece a autoridade da polícia judiciária na instrução e na condução do inquérito, mas faculta o registro da ocorrência pela primeira autoridade policial presente.

Essa seria uma contribuição importante, mais um exemplo, eu acho, do trabalho que o Senado tem feito e da competência que os Senadores têm demonstrado na matéria, como eu disse, desmoralizando a minha afirmação anterior de que era um Poder ausente nesse processo.

E gostaria de encerrar a minha fala inicial, ressaltando o seguinte ponto – eu acho que ainda não foi tratado nas matérias em tramitação, mas podemos pensar a respeito –: a questão de proteção a testemunhas como um problema particularmente grave nesse processo em que nós temos uma expansão do crime organizado no País. Em particular, a senhora mencionou o caso do Amarildo. É de maior importância a questão da proteção porque, veja, o Dr. Rivaldo teve sucesso ao esclarecer aquele processo porque conseguiu quebrar o pacto de silêncio entre os policiais envolvidos e um deles denunciou.

Esse processo de denúncia é sempre a forma mais eficiente de se obter provas contra criminosos, provas contra milicianos, contra policiais corruptos. Dentro de grupos, alguns se arrependem e querem contribuir com a Justiça, e esses precisam de proteção especial. Então, nós não podemos esquecer que a nossa legislação, no que diz respeito à proteção de testemunha, ainda está num tempo muito pacífico. O

crime no País mudou, o crime está organizado, com enorme poder de pressão. Então, muitas vezes, juízes, promotores e policiais devem ter, inclusive, o poder de investigar, de julgar e de processar infratores sob o anonimato, sob condições de anonimato; isso pode ser importante.

O PCC hoje é uma realidade em São Paulo. O Ministério Público de São Paulo conseguiu demonstrar muito bem no resultado. O Senador lembra a questão da nova identidade para os que decidem colaborar. Então, toda essa estrutura de proteção a testemunha eu acho que precisa de um incentivo. Talvez o Senador Pedro Taques, que tem uma larga experiência, possa ter interesse por este assunto.

Muito obrigado. Eram essas as minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço, Prof. Leandro, e espero que, ao final deste trabalho, o artigo produzido por V. S^a tenha contornos de eficiência para a sociedade.

Agradeço profundamente, em nome da Comissão, a sua presença. V. S^a será sempre demandado por nós, por força do profundo conhecimento, bagagem e autoridade que tem no assunto.

Aproveito para colocar em votação, antes de passar a palavra à Dr^a Regina, requerimento do Senador Pedro Taques, nos termos do que foi decidido em comunhão com V. Ex^{as}, a partir da solicitação do Senador Lobão Filho.

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado o auxílio dos serviços, com ônus à origem, de profissionais de segurança pública designados pelas autoridades abaixo indicadas, para contribuir com os trabalhos da presente Comissão. A cessão deverá permanecer enquanto durarem os trabalhos da Comissão. Os profissionais deverão ser indicados por:

- a) Presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia – Ora. Martha Mesquita da Rocha;*
- b) Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça – Dr. Leandro Daiello Coimbra; e*
- c) Presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares – Cel. Carlos Alberto David dos Santos.*

Autoria: Senador Pedro Taques
Em discussão.
Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Desculpe-me, Presidente.

Era a respeito de uma matéria sobre a qual ainda vamos deliberar. Depois, eu gostaria de falar, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão este requerimento.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, eu havia preparado um requerimento, mas o requerimento do Relator, Senador Pedro Taques, está perfeito. Então, nem preciso apresentar o meu e corroboro, integralmente, o terror desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu sou Sub-relator dessa área e me considero feliz porque as intervenções que trazidas até aqui são muito interessantes. E eu gostaria de me congratular com a Ministra, que fez aqui, eu diria, um discurso tocante no sentido de poder transmitir essa visão de que a segurança é uma dimensão irrecusável da cidadania e da condição humana. Portanto, não há como dissociar a ideia de direitos humanos fora desse conceito da segurança.

Quero também registrar a forma muito própria com que ela pôde enfatizar que não há antinomia, que não há uma contraposição entre direitos humanos e o exercício da atividade policial. É evidente que desde que o exercício dessa atividade se conforme aos limites que a lei, numa sociedade democrática num Estado de direito, estabelece, para que todos possam cumprir o seu dever. De igual modo, verificar que o Prof. Leandro Piquet reconhece que o Senado tem dado uma contribuição substanciada em iniciativas tão traduzidas no projeto.

Mas eu queria, Sr. Presidente, só pedir sua compreensão e da Mesa, porque o início da nossa reunião foi retardou um pouco. Sou Relator daquele projeto do PLC nº 106, da Reforma do ICMS, estou sendo chamado para uma reunião em caráter de emergência no Ministério da Fazenda e preciso pedir licença, lamentando não poder ouvir a Dr^a Regina, que tenho certeza de que dará também uma contribuição muito importante a esse debate.

Peço ao nobre Relator Pedro Taques, que vai acompanhar a reunião, que faça o registro, assim como aos companheiros Senadores que aqui estão, Senador Humberto e Senador Lobão Filho.

Peço portanto, Sr. Presidente, licença e sua compreensão para que eu possa...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ausência justificada. Solicito à Secretaria que entregue a V. Ex^a, na condição de Relator desse setorial, os documentos audiovisuais que nós haveremos de receber.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Eu também queria me manifestar, seguindo a linha do Senador Armando Monteiro. Escutei atentamente a exposição da Ministra Maria do Rosário. Eu acho que o pronunciamento dela foi histórico, porque quebra um paradigma de consciência da sociedade de que as entidades de defesa dos direitos humanos sempre estão a favor dos criminosos, dos bandidos, contra as vítimas e principalmente contra os policiais que às vezes participam do processo.

Eu achei espetacular a sua colocação. A visão de fortalecimento das forças policiais, quaisquer que sejam elas, o respeito ao desempenho dessa atribuição constitucional que as forças policiais têm da defesa da segurança no nosso País é uma visão extremamente moderna. É preciso que a senhora, como instituição máxima do Brasil de preservação dos direitos humanos, contamine e influencie as ONGs que estão abaixo também, porque são elas que deturpam todo o processo. Então, é preciso que as instituições, sejam elas governamentais ou não, que interferem no cotidiano do setor de segurança do País, tenham uma visão também de resguardo das forças de segurança dos policiais e das vítimas. Que não se preocupem exclusivamente com aqueles marginais que perpetraram crimes e foram os autores de crimes às vezes até hediondos.

Eu acho que a sua visão é perfeita. Quero parabenizá-la. É impossível se contrapor a uma visão moderna como a sua. Espero que essa visão possa – como eu disse, usando o mesmo termo – contaminar todas as entidades abaixo da Secretaria de Direitos Humanos do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Passo a palavra à Secretária Nacional de Segurança Pública, Dr^a Regina Maria Filomena de Luca Miki.

Com a palavra V. Ex^a.

A SR^a REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI – Boa tarde a todas e todos; boa tarde especial ao Presidente desta reunião; à Ministra Maria do Rosário, e, peço vênha para um boa-tarde especial aos

comandantes gerais presentes, com quem a Secretaria Nacional tem o maior prazer de trabalhar por tanto tempo. Meu muito obrigado pelo trabalho dos senhores e pela dedicação que têm com o Governo brasileiro.

Eu vou me reportar a 2009, quando cheguei aqui e recebi por incumbência do então Ministro Tarso Genro coordenar a 1^a Conferência Nacional de Segurança Pública. Foi uma ocasião, Senador Lobão, em que as polícias puderam ser ouvidas pela primeira vez em matéria de segurança pública neste País. Pela primeira vez deram oportunidade de as polícias falarem de segurança pública, falarem o que pensavam e o que poderia ser melhor para elas. Até então, as polícias não haviam sido chamadas para um debate.

Em 1988, quando esta Casa debateu a Constituição para a nossa Constituição, nós não tínhamos ambiência para discutir segurança pública, sem dúvida nenhuma. Nós simplesmente recepcionamos o capítulo de segurança pública de uma antiga Constituição e nada foi acrescido a isso. Nada, nada, nada! De lá para cá, nós esquecemos totalmente os operadores da área da segurança pública, esquecemos de tal forma que esses operadores não têm condições de trabalho; eles não têm reposição de efetivo. Com raríssimas exceções, eles têm remuneração digna. Raríssimas! Na jornada de trabalho dessas pessoas, elas não recebem horas extras. Os policiais militares que estão na rua não recebem horas extras. Eles têm de estar 24 horas à disposição. Então, eu acho que hoje nós estamos num momento propício, sim, para discutir tudo isso e ouvi-los, fundamentalmente. Ouvir a Polícia Militar, ouvir a Polícia Civil, ouvir a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, as perícias – importantíssimo!

Nós cobramos muito da polícia, mas não se cobra, por exemplo, de um médico uma epidemia; não se cobra de um professor o analfabetismo; mas nós cobramos da polícia o aumento da criminalidade; quando nós esquecemos que existem um sistema e uma política por trás disso tudo que tem de ser redesenhada.

Aqui, eu faço um apelo a esta Comissão: que busque o SUSP. Vamos levantar esse PL que está na Câmara, com o Sistema Único de Segurança Pública. Instituí-lo seria fundamental, num país federativo como o nosso, onde há 27 brasas diferentes. Por onde nós andarmos neste País, ele é diferente. E a especificidade de cada local tem de ser levantada. Nós não podemos esquecer disso.

Razão pela qual, trabalhando no Ministério, já na Secretaria Nacional de Segurança Pública, e com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, que hoje perpassa uma política nacional de segurança pública – porque nós não entendemos segurança pública sem cidadania, pois, para nós, não

existe essa dissociação, não pode existir, e a cidadania de todos, inclusive dos policiais e de suas famílias, que também são vítimas dessa insegurança que há no País –, resolvemos trabalhar com alguns eixos de atuação prioritários.

O primeiro de todos é o da fronteira, que não me cabe aqui descrever, porque acho que não seria o caso. Depois, o programa *Crack*, é Possível Vencer – este muito em consonância com a Secretaria de Direitos Humanos, entendendo que o usuário de *crack* não é um problema de polícia e, sim, um problema de saúde pública, e que nós precisamos dar oportunidade a esses jovens de serem tratados e de refazerem o seu projeto de vida, isso muito ligado à cidadania, e que deve se deixar que a polícia, na inteligência, combata o crime organizado e o tráfico de droga, sem ter contato com o usuário, porque isso não é papel da polícia.

Além disso, há o Sinesp, já citado aqui. E aí o senhor tem toda a razão, professor: eu não tenho dúvida alguma de que a instituição de uma política de Estado na área da segurança pública perpassa por termos números, não dados. Dados nós temos muitos, mas informações não temos. Eu costumo dizer que os dados no Ministério da Justiça sobre segurança pública são imbatíveis, mas não porque superamos metas, é porque ele não bate nunca, cada um fala um número. E é bem isso. Aí vem o Sinesp, que veio para quê? Exatamente numa pactuação política, em que esta Casa teve uma participação fundamental – em sete meses, a lei foi aprovada –, numa pactuação metodológica para o registro das ocorrências, com esses registros feitos pela tipificação penal, porque não nos interessa nada que fuja ao homicídio... Encontro de cadáver, morte por derrubada, morte a esclarecer – às vezes, morte a esclarecer num cadáver com vinte perfurações de bala –, esse é um registro de homicídio. Se há sobre esse homicídio atenuante, qualificante, excludente, isso é matéria processual, não é matéria de registro. Isso é matéria que tem de ser discutida posteriormente, no Judiciário, mas a autoridade policial não é competente para excluir crime.

O que temos buscado é trabalhar nesse sentido com o Sinesp. Concorro plenamente novamente com o senhor, professor: um boletim único neste País seria o sonho de consumo nosso. Dentro do programa do Sinesp, que ele não para agora, é o nosso fim. Que cada cadáver tivesse uma identificação e que essa identificação fosse o número da ocorrência até findar o processo judicial, porque aí, sim, nós poderíamos acompanhar corretamente. Temos feito isso nos nossos projetos pilotos. E aí eu já entro no programa Brasil mais Seguro.

Sabemos das diferenças no nosso País e do número de homicídios. Nós não escondemos isso nem podemos esconder. Essas cifras podem até ser maquiadas nos Estados, nos registros. Isso a gente está buscando também padronizar e eliminar. Nós temos Estados que ainda registram números de ocorrência, e não de vítima. Então, pode haver duplo homicídio, triplo homicídio e apenas uma ocorrência. E aí aquele Estado que faz a sua lição de casa e registra vítima aparece no *ranking* como superior aos outros Estados, o que está completamente errado. Nós temos que registrar é por vítima. Aí dá diferença do Datasus com o número da segurança pública.

Mas, além desses números alarmantes, nós temos um grande problema. Nós temos um gargalo que aqui também não aparece, ele nunca aparece, porque não é conveniente para ninguém e a culpa fica em cima da polícia. Nós temos um gargalo desses inquéritos findados que entram no Judiciário. Entrou no Judiciário, quantos deles são pronunciados e quantos chegam ao final de sentença? E quantos desses no final de sentença são presos? Esse número nós não temos. Nós tivemos um exercício feito pela Enasp, e um exercício minucioso. E aqui eu sempre declino os meus maiores agradecimentos a duas pessoas: a Dr^a Taís, que é juíza, e a Dr^a Ana Rita, que é promotora da Bahia, que se dedicaram imensamente nesse trabalho. Mas essas cifras não aparecem.

Quando fomos trabalhar o programa Brasil Mais Seguro, fizemos o fluxo de funcionamento entre a segurança pública, o Judiciário e o sistema prisional – porque só assim nós conseguiremos trazer a sensação de segurança tão esperada através da quebra da impunidade – esta foi a nossa surpresa: chamar todos à mesma mesa, fazer um diagnóstico local, porque não me adiantaria fazer aqui um plano nacional já que cada Estado tem a sua especificidade. Eu não posso daqui delimitar todos os Estados que eu vou fazer tal coisa, que eu vou reforçar a perícia. Há Estados que têm perícia de excelência, mas há outros Estados que não têm sequer perito. São pessoas que fizeram concurso para qualquer área e foram ser peritos. Agora, como comparar isso – e aqui vou citar o Distrito Federal, embora haja outros – com o Centro de Perícia do Distrito Federal, que é um centro de perícia de excelência? Então, eu tinha que analisar cada instituição. Para isso, fizemos uma pesquisa de todas as instituições de segurança pública no País. Fizemos uma pesquisa de todas as instituições de perícia no País, para que a gente pudesse nivelar, tratar desigual para trazer a igualdade.

Alagoas foi o nosso primeiro piloto. Fomos a Alagoas; lá havia dez mil inquéritos parados e inqué-

rito, Senador Pedro Taques, o senhor não fique... Eu sei que o senhor foi membro do Ministério Público e poderia ficar abismado. O que eu estou chamando de inquérito é a capa e a portaria, sequer o laudo cadavérico. Sequer o laudo cadavérico. Isso no inquérito; em dez mil desses. Parados! Nós começamos a trabalhar fazendo o fluxo, criando procedimentos operacionais padrão, desde o atendimento na delegacia de homicídios criada, com a presença da autoridade policial no local do crime, a presença de uma equipe da perícia no local do crime, até com uma delegacia móvel, onde é possível, por diversas vezes, a oitiva das testemunhas na hora e no local. Aí conseguimos 87% desses homicídios que se iniciaram depois da nossa entrada – 87% deles não em flagrante – com autoria conhecida, enviados ao Judiciário.

Chegando ao Judiciário, nós criamos uma câmara de monitoramento, que se reúne todas as semanas. E discutem os casos entrados no Judiciário, para o tempo desse processo, para que a gente consiga encurtar as conclusões de processo – volta para a delegacia, volta para o Judiciário, volta para a delegacia. Às vezes, por causa de um carimbo, por conta de uma assinatura, leva seis meses, Doutor, para sair de um lugar e ir para o outro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Me permita, Presidente. Um caso específico.

No Estado de Mato Grosso, o Ministério Público Federal, a Justiça Federal e a Polícia Federal, na mesma avenida, ficavam a 500m, os três. Demorava do Ministério Público Federal para a Polícia Federal, para a Justiça Federal, para voltar ao Ministério Público Federal mais ou menos três a quatro meses. Quinhentos metros na mesma avenida, as três instituições!

A SRª REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI – Doutor, sem falar nos mandados, mandados para serem apreciados.

Ora, se há desvio, temos que ter corregedorias ativas, mas o policial tem que ter credibilidade ao pedir um mandado. É impossível! Precisamos ter credibilidade. Esse policial precisa trabalhar. Então, nós criamos esses procedimentos dentro de Alagoas.

Alagoas vinha em uma curva crescente de 12 anos de homicídios. Doze anos em uma curva crescente. Em um ano e três meses, nós tivemos o êxito de 20% de queda de homicídios no Estado de Alagoas – 20%, cifra significativa para uma curva crescente. Dali, já partimos para Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte, agora.

Creio que todos nós, a sociedade – e incluo os policiais dentro da sociedade –, queremos mudanças. O que queremos nessas mudanças é simplesmente aquilo que conquistamos com a democracia: o debate, muito debate.

Digo ao senhor, e já disse isso em vários locais e vou repetir aqui, que defendo as polícias no Brasil não por dever de ofício, porque sou Secretaria Nacional de Segurança Pública, mas porque lutei muito por um Estado democrático de direito. Tenho certeza de que um dos pilares de sustentação dessa democracia é uma polícia fortalecida. Então, as mudanças que têm que vir, em matéria de política de Estado firmada para a área da segurança e em matéria de metodologia de trabalho, são bem-vindas para melhorar, e não podemos esquecer de discutir a capacitação desses policiais, os equipamentos postos à disposição desses policiais, as jornadas de trabalho desses homens, as carreiras preservadas, para que possamos começar a discutir. Não dá para dizer que um modelo é fracassado se essas pessoas não tiveram a condição necessária para desenvolver seu trabalho. Estamos julgando um modelo por um fracasso do Estado brasileiro como um todo. Ele não teve condições de fornecer os meios necessários aos policiais até hoje, para desenvolver o seu trabalho. Então, talvez, tenhamos que rever as condições de trabalho antes de mais nada.

Estou aqui em nome do Ministro e, muito tranquilamente, digo que temos tido uma política republicana dentro do Ministério. Trabalhamos com as 27 unidades federadas sem qualquer problema. É isto que entendemos como política de segurança pública: uma política de Estado onde temos a indução dessa política e temos que trabalhar muito próximo dessas polícias.

Professor, só queria acrescentar a sua fala e também elogiar mais uma vez a iniciativa do nosso Senador Presidente, Vital do Rêgo, dizendo o seguinte: em 2010, o Ministério da Justiça, através da Portaria nº 4.226, de dezembro, normatizou junto com a SDH, em um grupo de trabalho, o uso diferenciado da Força. Quando tivemos as primeiras manifestações em junho, eu fui procurada pelo Coronel Davi, que aqui está, como Presidente do Conselho de comandantes gerais pedindo ao Ministro da Justiça uma reunião com os comandantes gerais. Essa reunião aconteceu no Ministério e houve outro pedido dos comandantes gerais: que nós pudéssemos, então, reunir novamente um grupo de trabalho de especialistas nesta área para que pudéssemos criar, em cima das inovações tecnológicas, normas de procedimentos de atuação e também padronização de aquisição de equipamentos para as polícias, para essa nova situação que nos apresenta.

Isso foi feito através do grupo de trabalho na Portaria nº 2.863, que foi publicada no dia 28 de setembro. A primeira reunião já ocorreu; nessa reunião, nós já fizemos a pactuação entre os Estados das legislações e daquilo que já existe de normatização dentro dos batalhões. E em breve deveremos publicar o resultado disso.

As polícias também estão preocupadas com essa nova postura delas, sem dúvida nenhuma.

E trago mais um dado, por último: no dia 26 de junho, nós tivemos 1,1 milhão de pessoas se manifestando; e 65 mil policiais nas ruas; 44 prédios públicos invadidos – e aqui acho que cabe a todos nós, agentes públicos, fazermos uma distinção muito grande entre manifestantes e essas pessoas que estão se mascarando para, inclusive, deturpar o que é legítimo da população, que se manifeste em relação a situações que se apresentam.

Nesse dias, nesses 44 prédios públicos invadidos, não tivemos nem uma morte ocasionada por um policial à sociedade brasileira.

No dia 27 de junho, as primeiras notícias de jornal nos traziam uma manifestação no Egito com 44 mortos, logo no começo da manifestação.

Nós também, como cidadãos brasileiros, devemos não jogar tudo no lixo de uma vez. Temos que tomar cuidado, ter cautela, muita cautela nessas horas e ouvir bastante aqueles que trabalham lá na ponta e o anseio da sociedade, sem dúvida nenhuma, de mudanças e mudança para melhor, entendendo que nós todos somos detentores, sim, de direitos humanos, inclusive a própria polícia.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Obrigado, Dr^a Regina Maria.

Queria aqui, antes de passar a palavra ao Relator, destacar a qualidade desta audiência pública, uma contribuição muito importante. É fundamental que, eventualmente, os integrantes da mesa e palestrantes tiverem algum tipo de documento que possam repassar à Comissão. Nós receberemos com a maior atenção.

Passo a palavra ao Relator Pedro Taques.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, antes que o Relator possa se pronunciar, informo está sendo pedido agora a verificação de quórum no plenário do Senado para votação da questão do TSE.

E quero parabenizar a Dr^a Regina pela brilhante exposição e ao Prof. Piquet e tenho certeza de que, iniciada com esse nível de qualidade, desta audiência pública, sairá daqui desta Comissão um trabalho brilhante, que vai contribuir, com certeza, para o sistema de segurança brasileiro.

São essas as colocações.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, me permita, sem maiores delongas, em razão da verificação de quórum, dizer que a Comissão precisa deferir ou não um requerimento. O plano de trabalho foi feito, só que alguns convidados não podem comparecer nas datas determinadas. Assim, fizemos um rearranjo dos convidados. E eu tam-

bém, nesse requerimento, incorporo o requerimento de V. Ex^a, Presidente Senador Humberto Costa, para que, no instante em que formos discutir, na próxima audiência, no dia 30/10 ...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, antes que o Relator possa se pronunciar, informo está sendo pedido agora a verificação de quórum no plenário do Senado para votação da questão do TSE.

E quero parabenizar a Dr^a Regina pela brilhante exposição e ao Prof. Piquet e tenho certeza de que, iniciada com esse nível de qualidade, desta audiência pública, sairá daqui desta Comissão um trabalho brilhante, que vai contribuir, com certeza, para o sistema de segurança brasileiro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, me permita sem maiores delongas, em razão da verificação do quórum. A Comissão precisa deferir ou não um requerimento. O plano de trabalho foi feito, só que alguns convidados não podem comparecer nas datas determinadas. Assim, nós fizemos um rearranjo dos convidados e eu também, nesse requerimento, incorporo o requerimento de V. Ex^a, Senador Humberto Costa, Presidente, para que, no instante em que formos discutir, na próxima audiência, no dia 30/10, o financiamento da segurança pública, que nós pudéssemos ouvir um representante do Ministério da Justiça – seria a Dr^a Regina, mas, como ela aqui já nos deu a honra e o prazer de sua presença, viria outro representante do Ministério da Justiça, se assim o Ministro da Justiça entender –; um representante do Ministério do Planejamento; um representante da Frente Nacional de Prefeitos, para tratar da segurança pública e a pessoa jurídica com capacidade política Município; um representante da Confederação Nacional dos Municípios – sugestão de V. Ex^a; o Dr. Wilson Salles Damazio, Presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública; e dois secretários por ele indicados; além do Dr. Leandro Coimbra, que é Diretor-Geral da Polícia Federal.

Esses requerimentos como Relator eu faço, incorporando o requerimento feito por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Requerimento:

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a aprovação do cronograma abaixo sugerido para as audiências públicas da Comissão Temporária que trata das proposições a respeito da segurança pública no Brasil. Destaco que o presente cronograma foi elaborado tendo em vista diversas sugestões recebidas para o bom andamento dos trabalhos.

Segue o cronograma sugerido:

1) *Audiência sobre o “Financiamento da Segurança Pública I” – 30/10/2013*

Convidados:

Representante do Ministério da Justiça;

Representante da Frente Nacional dos Prefeitos;

Cláudio Coelho Lima – Secretário de Segurança e da Defesa social do Estado da Paraíba;

Alexandre Bustamante dos Santos – Secretário de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso;

Leandro Daiello Coimbra – Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal;

2) *Audiência sobre o “Financiamento da Segurança Pública II” – 06/11/2013*

Convidados:

Wilson Salles Damazio – Presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública;

Fernando Grella Vieira – Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo;

José Mariano Beltrame – Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro;

Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Representante da Confederação Nacional dos Municípios.

Em discussão os requerimentos.

Não havendo quem queira discutir, os que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovados.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito bem.

Sr. Presidente, apenas para agradecer a presença dos convidados e dizer que fiquei muito contente com as manifestações aqui trazidas, notadamente da Srª Secretária de Direitos Humanos, Ministra Maria do Rosário, pelo entendimento que nós todos devemos ter de que quando se fala em direitos humanos, estamos fazendo com que a Constituição da República seja vivida.

A Constituição fala em direitos e garantias fundamentais do cidadão, mas ela também fala do dever fundamental que o Estado tem de proteger este mesmo cidadão. Assim, quando se fala em garantismo, nós estamos falando do garantismo no viés negativo, que é proteger o cidadão, e também o garantismo de ordem positiva, que o Estado tem este dever de proteger o cidadão que não pratica o crime. Fiquei muito feliz com a fala de V. Exª.

Concordo também com a Drª Regina com que o sistema de segurança do Brasil, saído desse período escuro da ditadura, um período escuro da nossa história, entende que a repressão teria um conteúdo político e ideológico. Na nossa Constituição, no art. 144 fala em repressão; mas repressão com respeito aos direitos fundamentais, à dignidade da pessoa humana.

Embasado nesse espírito é que nós vamos tratar – eu, como Relator, com a colaboração e a parceria de todos os Senadores – de fazer esse relatório dos projetos e das medidas assim tomadas.

No tocante ao Prof. Piquet Carneiro, amanhã eu serei testemunha, num júri em Mato Grosso, de um cidadão que está preso, foi condenado a 30 anos, e ainda existem mais nove homicídios a serem julgados. Amanhã é o julgamento do primeiro homicídio e eu sou testemunha. V. Exª falou de proteção à testemunha. Imagine se eu precisar entrar no programa de proteção à testemunha? Vou deixar de ser Senador, vou entrar no programa de proteção, que condições o Estado me dará?

A nossa legislação, quando fala em proteção à testemunha, só pensa naquele que viu homicídio numa favela, naquele que presenciou a prática de uma ação perpetrada por uma organização criminosa, mas ela não pensa em determinados crimes que são praticados por aqueles que vivem na casa grande, não na senzala. Por exemplo, crimes contra o sistema financeiro, corrupção. Como eu posso colocar um grande empresário no programa de proteção à testemunha, com a legislação que nós temos e as condições?

Hoje, para que a testemunha possa mudar a sua identidade civil, tem grandes dificuldades junto aos cartórios de registros, porque a lei de registros públicos ainda tem dificuldade de entender essa necessidade. Portanto, esses sistemas são por demais importantes.

Sr. Presidente, em razão da necessidade de cumprimento do Regimento, porque o plenário já está a nos chamar, eu não faço outras indagações a não ser essas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Bem, eu quero agradecer a intervenção de V. Exª. Quero agradecer mais uma vez a presença e a exposição por parte da Drª Maria do Rosário Nunes, a nossa Ministra de Estado da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; do Dr. Leandro Piquet Carneiro, Professor Doutor da Universidade de São Paulo; e da Drª Regina Maria Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião da Comissão.

Os Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 15 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 55 minutos.*)

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

**COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO
ATS Nº 37, DE 2013, COM A FINALIDADE DE
ANALISAR OS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO
NO SENADO FEDERAL QUE TRATAM DE
SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL, BEM
COMO DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES
PARA O SEU FINANCIAMENTO**

ATA DA 5ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião realizada em 30 de outubro de 2013, às quinze horas e vinte e dois minutos, no Plenário 15, Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador

Vital do Rêgo e com a presença dos Senadores: **Pedro Taques, Eduardo Braga, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Sérgio Souza e João Capiberibe**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Lindbergh Farias, Lobão Filho, Armando Monteiro, Eunício Oliveira e Flexa Ribeiro**. Na oportunidade, foi realizada audiência pública com a presença dos seguintes convidados: **Alexandre Bustamante dos Santos**, Secretário de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso; **Rogério Galloro**, Diretor Substituto do Departamento de Polícia Federal; e **Fernando Duran**, Diretor de Administração do Departamento de Polícia Federal. Foram, ainda, aprovados os seguintes requerimentos:

Número	Ementa	Autoria
010/2013	Requer seja solicitado, com ônus para origem, o auxílio dos serviços de profissionais de segurança pública designado pela Liga Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, para contribuir com os trabalhos da Comissão. A cessão deverá permanecer enquanto durarem os trabalhos da Comissão.	Senador Humberto Costa
011/2013	Em aditamento ao Plano de Trabalho aprovado por esta Comissão, requer sejam incluídos no rol de convidados das audiências públicas desta Comissão Especial, as seguintes representações da Liga Nacional de Bombeiros Militares do Brasil - LIGABOM: 1) Audiência Pública sobre “Financiamento da Segurança Pública II”: Coronel Carlos Helbingen Júnior - Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás e Presidente Regional da LIGABOM; 2) Audiência Pública sobre a “Estrutura da Polícia Brasileira”: Coronel Julio César dos Santos - Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, representando o Presidente Nacional da LIGABOM; 3) Audiência Pública sobre a “Defesa Civil”: Coronel Marcos de Oliveira - Comandante-Geral de Santa Catarina e 1º Vice-Presidente da LIGABOM; Coronel Hamilton Santos Esteves Júnior - Subcomandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e Instrutor de Sistema de Comando de Incidente Avançado de Defesa Civil;	Senador Humberto Costa

Número	Ementa	Autoria
011/2013	4) Audiência Pública sobre “Regulamentação de Atividades potencialmente nocivas à segurança dos cidadãos e outros temas”: Coronel Luiz Tadeu Vilela Blumm - Representante da LIGABOM e Chefe de Departamento da Segurança Contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.	Senador Humberto Costa
012/2013	Requer, em aditamento ao Plano de Trabalho aprovado por esta Comissão, a inclusão do seguinte convidado nas audiências relativas à “Estrutura da polícia no Brasil”: Presidente da ANASPR - Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares.	Senador Humberto Costa
013/2013	Requer seja convidada a Secretária Nacional de Segurança Pública, Sra. Regina Nikki, para participar de audiência pública sobre financiamento da Segurança Pública a ser realizada no próximo dia 6 de novembro de 2013, por esta Comissão.	Senador Pedro Taques

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Boa tarde, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Temporária, criada por Ato da Mesa, com a finalidade de analisar os projetos em tramitação do Senado Federal, que tratam de segurança pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento.

Conforme convocação, esta reunião – e já o dissemos em outra oportunidade – de acordo com o Plano de Trabalho, elaborado pelo ilustre Relator, Senador Pedro Taques, aprovado em 9 de outubro passado, tem como objetivo analisar as proposições legislativas, colher subsídios, debater com especialistas, ouvir a população e instituir um canal de comunicação entre o Senado e a sociedade, para propor inovações normativas necessárias ao combate da criminalidade.

Daí a necessidade de estabelecermos a realização de audiência pública, como a que ocorre hoje, com a presença de ilustres convidados. Ainda de acordo com o plano de trabalho, as matérias submetidas a esta Comissão foram classificadas e separadas em cinco grandes eixos temáticos: 1º) Proteção ao Cidadão e à Vítima; 2º) Financiamento da Segurança Pública; 3º) Estrutura da Polícia brasileira; 4º) Defesa Civil; e, por fim, 5º) Regulamentação das atividades potencialmente nocivas à segurança dos cidadãos e outros temas correlatos.

Na 4ª Reunião, ocorrida semana passada, foi realizada audiência pública, em que tratamos do primeiro eixo temático: Proteção ao Cidadão e à Vítima.

Desta feita, a audiência pública servirá para instrução relativa ao segundo eixo temático: Financiamento da Segurança Pública, tendo como ilustres convidados o Secretário de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Alexandre Bustamante dos Santos; o Prefeito de Vila Velha e representante da Frente Nacional de Prefeitos, Rodney Rocha Miranda; além do Dr. Delegado Rogério Galloro, Diretor Substituto do Departamento de Polícia Federal; do Delegado Fernando Duran, Diretor de Administração do Departamento de Polícia Federal, ambos os delegados representando tanto o Departamento de Polícia Federal quanto o Ministério da Justiça.

Informo que o Prefeito de Vila Velha, que representaria a Frente Nacional de Prefeitos, infelizmente, não conseguiu embarcar. Portanto, não poderá estar presente nesta audiência pública.

Nossos convidados já se encontram à Mesa.

Concedo a palavra ao Relator, caso queira fazer alguma manifestação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/ PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres convidados, Dr. Rogério, Dr. Fernando e Dr. Alexandre Bustamante, é uma honra recebê-los aqui. Sejam bem-vindos ao Senado.

Como Relator, estou ávido por ouvi-los. Tenho certeza de que a contribuição dos senhores será sobremaneira importante para este nosso debate.

Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, o Dr. Rogério tem uma viagem marcada. Se fosse possível, gostaria que ele pudesse falar em primeiro lugar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, saudando a presença do nosso novo integrante, concedo a palavra ao Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Obrigado, Sr. Presidente. Queria saudar esta Presidência, saudar o Relator, Senador Pedro Taques, e os nossos convidados. Agradecemos a presença de todos.

Gostaria, Sr. Presidente, de destacar aqui que vamos ter um debate sobre financiamento da segurança pública. Informo aos senhores convidados que tramita, na Casa, a PEC nº 24, proposta de emenda constitucional que trata exatamente da instituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, que busca financiamento solidário, envolvendo os Municípios, os Estados e a União Federal, e dá outras providências.

Hoje, na CCJ, disseram-me que houve um debate sobre isso. Ao lado de V. Ex^a, como Presidente da Comissão Especial, e também Presidente da CCJ, do Senador Pedro Taques e do Presidente da Casa, fizemos o entendimento de devolver a PEC nº 24 para a sua tramitação normal na CCJ.

Aproveitaria aqui para solicitar que pudéssemos deliberar, para que, na próxima semana, pudéssemos reincluí-la na pauta da CCJ e retomar o debate lá.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Essa matéria já foi vencida, Senador Capiberibe. Nessa reunião, na semana passada, V. Ex^a teve conhecimento disso. Nós votamos esse assunto.

Não sei se V. Ex^a teve conhecimento e conversou comigo e com o Senador Pedro Taques. Foi motivo, inclusive, da sua inserção na nossa Comissão na primeira reunião da tarde de hoje.

Isso foi o que nós acordamos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Esta é uma reunião muito prestigiada, mas nós carecemos de sustentação jurídica, porque, em uma proposta de emenda constitucional, a tramitação tem que se dar lá na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – E ela se dará também lá. Nós vamos recomendar todas; não só a PEC nº 24, mas outras diversas PECs estão tramitando nesta Comissão.

Para rememorar a V. Ex^a, que nos trouxe esse assunto, eu trouxe com o Senador Pedro Taques...

Tínhamos posição solidária ao pleito de V. Ex^a, para devolver apenas a PEC nº 24 à tramitação normal, e fizemos aqui esse apelo aos membros da Comissão na semana passada. Os membros da Comissão entenderam que não apenas a PEC nº 24, mas outras PECs também estão no corpo das 44 propostas, em que estamos aqui, de forma sistêmica, buscando um alinhamento para apresentarmos o nosso parecer sobre a matéria.

No caso regimental, as matérias de competência da CCJ vão voltar para a comissão de mérito, que é a nossa Comissão de Justiça.

Foi feita a deliberação com relação à proposta não apenas da PEC nº 24, mas com relação às outras PECs que consubstanciam esse corpo de 44 propostas, e não foi possível a aprovação.

Fomos a V. Ex^a, que nos trouxe uma solução, acatada por todos nós e pelo Presidente Renan Calheiros, admitindo que discutíssemos a PEC nº 24, junto com as outras PECs, e V. Ex^a participasse dessa discussão como membro. Imediatamente, na semana passada, o Presidente Renan Calheiros o fez membro desta Comissão.

Hoje, o Senador Aécio Neves levantou uma questão de ordem, sob o ponto de vista regimental, dizendo que esta Comissão não tinha competência para deliberar sobre PECs, que era de competência exclusiva da CCJ. Nós contraditamos, com o apoio do Senador Pedro Taques, falando um pouco sobre esse histórico – não estamos aqui para deliberar, mas para criar um conceito da Casa sobre diversos que versam sobre segurança pública, e que a CCJ, em nenhum momento, estará diminuída na sua competência de deliberar sobre a PEC nº 24 e sobre todas as outras PECs.

Senador Pedro Taques, V. Ex^a fica agora com a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – É sobre o mesmo tema? Eu ouço.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Exm^{os} Srs. Senadores, tínhamos um acordo feito, e este foi cumprido.

Eu, como Relator da Comissão Especial, fiz um pedido, para que esta PEC nº 24 fosse desentranhada do todo dos projetos que aqui se encontram e fosse remetida à Comissão de Constituição e Justiça, onde ela se encontrava.

Nós colocamos isso em votação. Eu, como Relator, votei favoravelmente a isso, com o apoio do Presidente da Comissão, mas cinco Senadores – parece-me – votaram de modo contrário a isso, mas o art. 356 do Regimento Interno afirma que esta Comissão vai fazer uma manifestação opinativa a respeito dessa proposta de emenda à Constituição.

Isso não retira, ao menos a meu juízo, salvo melhor interpretação do art. 356, a força da Comissão de Constituição e Justiça. Como Relator, comprometo-me não só com V. Ex^a, mas com a sociedade brasileira, a fazer com que este seja o primeiro tema em que nós possamos emitir esse parecer, para que vá à CCJ no tempo mais azado possível.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nós fizemos nove audiências públicas em várias capitais brasileiras; ouvimos os profissionais de segurança pública; ouvimos especialistas. O Relator também teve esse cuidado de fazer consultas, e alguns pontos que não estavam muito claros também foram esclarecidos.

Então, há já um acúmulo em relação a essa proposta. Há uma pressão, e é normal que os profissionais da área de segurança façam isso, pois o Presidente da Câmara dos Deputados vinculou o segundo turno da PEC nº 300 à aprovação da PEC nº 24, e isso criou um clima de pressão, no sentido de agilizarmos esse procedimento.

Gostaria de pedir à Presidência que nós estabeleçêssemos um prazo, porque estamos no final do ano. Acho que, pelo menos na CCJ, deveríamos atender a esse clamor que vem da área de segurança pública. Estamos sentindo que essa é uma tragédia nacional. Não temos, de fato, uma política de segurança pública.

Essa PEC é um embrião dessa política. Ela acena nessa direção. Então, eu pediria um tempo para que pudéssemos deliberar sobre a PEC nº 24.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos tratar dessa matéria. Encarrego a V. Ex^a que, para consubstanciar o trabalho do Senador Pedro Taques e desta Presidência, V. Ex^a remeta os apanhados taquigráficos documentais das nove audiências de que V. Ex^a participou, representando o Senado, para que o Senador Pedro Taques, junto com esta audiência que estamos fazendo aqui, no tema específico “Financiamento”, tenha mais elementos ainda para tratar os conceitos que temos desta matéria.

Gostaria de receber esse material de V. Ex^a, que certamente é muito rico e valioso para o trabalho do Senador Pedro Taques.

Posso começar, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – É exatamente para buscar uma mediação na mesma questão, mas acho que o Senador Capiberibe já fez uma proposta.

Acho que V. Ex^a, Sr. Presidente, já encaminha, para debatermos no prazo devido a proposta apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com certeza.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Permita-me ainda, Sr. Presidente.

Nós todos conhecemos o trabalho desempenhado pelo Senador Capiberibe neste tema. Eu, como Relator, me proponho a repassar isso a V. Ex^a, para que possamos ter esse debate mais amiúde, remetendo o tema o mais rápido possível à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos iniciar a nossa audiência pública. Passo a palavra ao Dr. Rogério Galloro, Diretor Substituto do Departamento de Polícia Federal, que terá um prazo de 15 minutos para expor as suas ideias, prorrogáveis por mais 15.

Com a palavra o Dr. Rogério Galloro.

O SR. ROGÉRIO GALLORO – Exm^o Sr. Senador Vital do Rêgo, na pessoa de quem cumprimento os demais integrantes da Mesa, antes de mais nada, gostaria de agradecer a oportunidade e dizer que esse agradecimento vem do nosso Diretor-Geral, Dr. Leandro, que não pôde estar presente, mas enviou aqui dois diretores, para tentar representar o melhor possível os nossos pleitos e as nossas ideias.

A questão do financiamento das organizações policiais, dos organismos policiais, é vital. É a nossa sustentação. Todos sabem que o crime organizado, o crime em geral, a criminalidade, tem uma capacidade de crescimento muito maior do que a nossa capacidade de crescimento orçamentária e recursal.

Então, é uma luta constante para tentarmos aumentar o nosso orçamento, nossa capacidade de execução, o nosso projeto de modernização e manutenção. Isso não é fácil. É sempre um grande desafio.

O orçamento da Polícia Federal vem crescendo gradativamente, a todo ano, e a nossa capacidade de execução também, só que sempre alguém da capacidade de criminalidade, que não tem as nossas amarras, as nossas limitações. Consideramos vital existirem fontes fixas de financiamento para a atividade policial.

Hoje, já se encontram propostas de emenda constitucional que consideramos muito importantes, estruturantes, para que possamos alcançar essa meta. Gostaria de mencionar a PEC nº 60, de 2005, de autoria do Senador Renan Calheiros; a PEC nº 24, de 2012, do Senador João Capiberibe; e a PEC nº 26, de 2012, também fruto de um parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de autoria do Senador Renan Calheiros.

Basicamente, é isto: quanto mais nos debruçarmos para estudar esse assunto e investirmos no aumento do orçamento, na fixação de valores orçamentários, de fontes fixas de financiamento, mais as polícias poderão fazer investimentos em longo prazo,

mais estruturantes, mais poderemos implementar os nossos projetos; enfim, prover melhor de segurança pública o nosso País, os Estados e os Municípios.

É isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra para aduzir, se necessário for, o Dr. Fernando Duran, Diretor de Administração.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Vou precisar retirar-me, porque tenho um debate na TV, e o meu companheiro debatedor me aguarda. Peço desculpas aos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Justificada a sua ausência.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Mas vou lá e volto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Justificada, Senador Capiberibe.

Concedo a palavra ao Dr. Fernando Duran, Diretor de Administração do Departamento de Polícia Federal, que também representa o Ministério da Justiça e o Departamento de Polícia Federal.

O SR. FERNANDO DURAN – Muito boa tarde a todos! Antes de mais nada, quero cumprimentar S. Ex^a o Senador Vital do Rêgo, em nome de quem cumprimento todos os integrantes da Mesa e todos os presentes.

Antes de mais nada, quero corroborar o entendimento do nosso Diretor-Executivo, o Diretor-Geral Substituto da Polícia Federal, Dr. Galloro, no sentido de que é crucial encontrarmos um meio para procedermos ao estabelecimento de meios de financiamentos da segurança pública – financiamentos perenes, fluxos sólidos de recursos – para, aí sim, podermos pensar na segurança pública a médio e longo prazo, sobretudo no que tange às ampliações necessárias aos investimentos indispensáveis, no sentido de melhor dotar os policiais de meios operacionais; de expandir também a infraestrutura da Polícia Federal, no sentido de capacitar, ou seja, de viabilizar essas investigações; e também investimentos significativos que já ocorrem hoje na capacitação do nosso policial federal, para que, cada vez mais, os colegas, nas pontas, nas fronteiras, em todo o Território nacional, poderem dispor e utilizar-se das mais avançadas tecnologias e dos mais avançados equipamentos, que evidentemente custam caro, dependem de recursos.

Então, é impossível falar de segurança pública sem falar em investimentos significativos.

Antes de mais nada, a título de corroborar inclusive o que o Dr. Galloro disse, essa questão do orçamento, o orçamento para a segurança pública cresce

de forma vegetativa. No entanto, o crescimento do orçamento da Polícia está aquém do crescimento da própria criminalidade.

Então, é indispensável que pensemos numa política de financiamento de longo prazo para a segurança pública.

O Dr. Galloro inclusive também falou de várias PECs que estão reunidas para discussão, que são importantíssimas, algumas delas como a PEC nº 26, do Senador Renan Calheiros, que destina recursos financeiros para a segurança pública. Ou seja, no caso, altera a redação do art. 167 e contempla a segurança pública como uma das ressalvas à proibição de vinculação de receita. Em outras palavras, permite que sejam destinados recursos oriundos de receitas tributárias para o financiamento da segurança pública.

Além disso, a PEC nº 24, do Senador João Capiberibe, cria um Fundo Nacional da Segurança Pública, também vislumbrando a segregação de uma parte das receitas tributárias para atender as necessidades da segurança pública; e também mais uma PEC, assinada pelo Senador Renan Calheiros, destina as receitas tributárias para a segurança pública e também pede a limitação de empenhos dos recursos da Polícia.

Basicamente é isso. Então, estou à disposição para contribuir na medida do necessário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Dr. Fernando Duran.

Passo a palavra ao Secretário de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Alexandre Bustamante dos Santos.

O SR. ALEXANDRE BUSTAMANTE DOS SANTOS – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador Vital do Rêgo, Presidente desta Comissão; Senador Pedro Tavares, Relator; Dr. Rogério Galloro, Diretor Substituto do DPF; Dr. Fernando Duran, Diretor de Aquisições; e demais Senadores. A necessidade de financiamento é a sobrevivência da segurança pública.

Não se há de falar em segurança pública sem o financiamento adequado, com verba vinculada, garantida constitucionalmente aos entes da segurança pública, sejam eles federais, sejam eles estaduais, sejam eles até municipais.

O custeio da máquina da segurança pública, independente do crescimento do crime, passa pelo aperfeiçoamento de toda a estrutura de segurança pública. Se o crime cresceu ou não, a segurança precisa crescer junto com a sociedade, que é uma demanda social.

Quanto à fonte de financiamento, temos de entender que a maior parte do bolo está no Governo Federal, e os Estados, muitas vezes, ficam reféns de

projetos no Ministério da Justiça, para que alcancemos determinada proposta de editais. Temos que alcançar e comprar o que está à disposição dos editais.

Muitas vezes, posso até sentir-me um privilegiado hoje, tendo Mato Grosso, hoje fronteira, inserido no projeto Enafron; tendo Mato Grosso, hoje Copa do Mundo, inserido no projeto Copa Segura. Então, Mato Grosso tem alcançado bastante recurso em nível federal; todavia, o custeio da máquina é muito caro.

Cada projeto que chega, cada necessidade que chega, cada equipamento que chega, aumenta o custeio da máquina, sendo o Estado de Mato Grosso responsável hoje pelo patrulhamento de 905km de fronteira. Nós fazemos a segurança da fronteira. O Estado de Mato Grosso o faz.

Então, há necessidade, realmente, de um repasse de custeio de verba federal, para que os Estados subsidiem as suas necessidades.

É importante seja revisto o modelo de segurança pública do Brasil. Já tivemos diversas conferências nacionais sobre educação e saúde. Tivemos apenas uma conferência nacional sobre segurança pública, para que a sociedade se manifeste sobre o tipo de segurança que ela quer; o que ela realmente quer para a sua proteção.

É importante que se fomente, dentro dessas PECs apresentadas – tanto a PEC que destina recurso financeiro, quanto a PEC que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública e todas as outras que estão aí à disposição; que se concatenem e andem –, para que a sociedade não fique mais refém de projetos de segurança pública, que, muitas vezes, não têm como subsistir.

Num ano, há recurso; no outro, não há mais. Num ano, você consegue fazer investimento; no outro ano; aquele investimento falha. Muitas vezes, o que acontece é que uma pessoa compra carros; e, no outro ano, ela não consegue fazer o custeio das criaturas. Muitas vezes, uma pessoa tem necessidade de operações, e não há diárias suficientes para manter os policiais em determinadas regiões.

Que seja discutido isto: verbas constitucionais e permanentes para a segurança pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço aos nossos expositores e passo a palavra ao Senador Relator.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ilustres convidados, muito obrigado pelas suas contribuições.

De uma forma bem objetiva, penso que, aqui, na questão da segurança pública, nós todos estejamos a precisar de menos discursos e mais recursos.

Agora, não é só a utilização do aumento do volume de recursos, mas a gestão dos mesmos, a capacidade de tirar projeto do papel, a capacidade de implementar o que efetivamente todos desejamos: uma sociedade livre, tranquila, em paz, sem a existência de crime ou reduzindo-os a índices toleráveis.

Tenho algumas perguntas aos três ilustres convidados e vou lançá-las, Sr. Presidente, e eles podem respondê-las da maneira que entenderem. Se o Governo Federal – para os representantes da Polícia Federal, se eles têm conhecimento – faz uma avaliação dos resultados alcançados pelo repasse dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para Estados e Municípios; se o Governo Federal tem um estudo a respeito da avaliação, do resultado desse repasse.

Uma segunda indagação – aí para todos: Qual o papel específico do Pronasci e do Fundo Nacional de Segurança Pública? Gostaria que os senhores pudessem trazer essa contribuição à sociedade brasileira que nos acompanha. Qual o papel específico do Pronasci e do Fundo Nacional de Segurança Pública? E se o ideal seria criarmos um sistema único de segurança pública, e de que maneira os senhores podem contribuir com esta Comissão, para que nós, ao final dos trabalhos que se iniciam e se iniciaram na semana passada, possamos demonstrar à sociedade brasileira que algo está errado.

Nós não estamos conseguindo – o Estado brasileiro – cumprir o nosso papel na concretização desse direito social previsto no art. 6º da Constituição da República. Qual é a ideia dos senhores para que possamos melhorar esse sistema de repasse da União para os Estados membros, trazendo a pessoa jurídica, com capacidade política, o Município? O maior gasto dos recursos repassados pela União está focado em quê – se nós temos esses levantamentos? Há investimentos em desenvolvimento tecnológico, em policiamento comunitário? Os senhores têm essa informação? Podem trazer essa contribuição? Porque nós, desta Comissão, ao final dos trabalhos, vamos elaborar um relatório, além de trabalharmos com os projetos que para cá foram enviados de acordo com o Regimento Interno.

Nós precisamos exercer aqui o papel do Legislativo de fiscalizar, mas uma fiscalização não no sentido apenas de reprimenda, de punição, mas no sentido de demonstrar caminhos, conforme determina a Constituição da República.

Se os senhores pudessem trazer essas contribuições, eu, como Relator, já me sentiria muito satisfeito, começando pelo Dr. Alexandre Bustamante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite acrescentar algo à pergunta do ilustre Relator? Se os

convidados poderiam apresentar algumas sugestões, algumas propostas de diplomas legais que tramitam aqui, entre elas a apresentada pelo Senador Capiberibe, a PEC nº 24, de financiamento da segurança pública.

Complementaria a pergunta do Relator: se indicariam, sugeririam, fontes de financiamento para a segurança pública; se haveria discussão no âmbito dos sistemas que participam da segurança pública, seja na Polícia Federal, na Secretaria de Segurança, ou dos sistemas que participam, de onde teriam as fontes de financiamento para a segurança pública, ou se, dentro dos sistemas de que participam, de onde seria possível encontrarmos essas fontes de financiamento? – só para complementar a pergunta do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Pedro Taques, na condição de Relator, encaminhou quatro perguntas, e o Senador Randolfe Rodrigues não tem mais nenhuma indagação.

Questiono o Senador Sérgio Souza se tem alguma indagação. O Senador Humberto Costa acabou de chegar. O Senador Eduardo é o Relator setorial deste capítulo na Comissão.

Enquanto isso, vamos ouvir os representantes na ordem de inscrição.

Concedo a palavra ao Dr. Rogério Galloro para responder às perguntas do Senador Pedro Taques, com a contribuição do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. ROGÉRIO GALLORO – Não sei se anotei exatamente a sequência.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Posso repeti-las, se o Sr. Presidente me permitir.

Se o Governo Federal – se V. S^a tem ciência – faz a avaliação dos resultados alcançados pelos repasse dos recursos do Fundo Nacional de Segurança. Essa é a primeira pergunta.

A segunda: qual é o papel específico do Pronasci e do Fundo Nacional de Segurança? Há ideia da criação de um sistema único de segurança? E a contribuição de V. S^a a uma crítica a esse atual sistema e, em sendo possível, se V. S^a poderia mostrar um caminho de que maneira poderíamos melhorar isso.

A ideia desta Comissão é, além de analisar as propostas de emenda à Constituição, os projetos de lei que se encontram em tramitação, também sugerir à União Federal... Isso faz parte da função de fiscalização – repito: sem qualquer reprimenda à União Federal. Mas o Legislativo tem uma função também de debater esses temas e, quem sabe, também, mostrar um caminho para esse novo sistema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente Vital do Rêgo, sempre completando – por isso ele é professor, e eu

sou o aluno –, indago se o Dr. Rogério Galloro poderia informar-nos detalhadamente – se nos informou, desculpe-me se não prestei atenção – qual o orçamento do Ministério da Justiça. Mas, na verdade, gostaria de saber qual o orçamento do Departamento da Polícia Federal.

E, se couber no orçamento do Departamento da Polícia Federal, no último exercício, quanto foi destinado para investimento no Departamento de Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Dr. Rogério Galloro.

O SR. ROGÉRIO GALLORO – Sr. Presidente, primeiramente, para o Senador Pedro Taques.

Com relação ao Fundo Nacional de Segurança Pública, Pronasci, esse fundo e essa atividade, Pronasci, são coordenados, na sua totalidade, pela Senasp. O Departamento de Polícia Federal não está dentre aqueles usuários diretos desse sistema. Ele participa em algumas ações, mas de forma que não tenho esse controle, essa resposta. Se a Dr^a Regina Miki fosse convocada, talvez ela pudesse dar essa resposta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO GALLORO – Ela veio? Ah! Está bem. Então, é isso.

Como todas as perguntas de V. Ex^a tinham como base o Pronasci, o controle desse recurso, eu não tenho como responder, infelizmente. Não tenho essa informação.

Com relação à pergunta do Senador Randolfe sobre quais seriam as possíveis fontes, nós já temos, hoje, um fundo de arrecadação, mas ele não é suficiente para atender às nossas atividades. São os fundos resultantes das taxas que cobramos dos serviços prestados pela Polícia Federal – passaporte, taxas de estrangeiros e tudo mais.

Mas gostaria que o Dr. Duran complementasse essa questão do orçamento da Polícia Federal e da...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO GALLORO – ...porque, com certeza, ele terá informações mais acuradas, o.k.?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Dr. Fernando Duran.

O SR. FERNANDO DURAN – Pois não. Particularmente, no que tange à questão da avaliação do repasse para os Estados, certamente a Senasp tem melhor condição de fazer essa avaliação.

Temos o nosso Fundo de Aparentamento da Polícia (Funapol). Esse fundo, em grande medida, é utilizado para o orçamento. Para que os senhores tenham

uma ideia, neste ano, na Lei Orçamentária 2013, temos um orçamento, com uma dotação inicial de R\$883 milhões e 827 mil aproximadamente. Esse é o valor do orçamento operacional, excluída a folha de salários, a folha de pagamentos da Polícia Federal.

É com esse recurso que a Polícia Federal toca suas operações, faz a manutenção da sua infraestrutura, capacita, mantém a Academia Nacional de Polícia, quais são os investimentos etc.

Para que os senhores tenham uma ideia, a dotação inicial era de R\$ 883 milhões e 827 mil, e a dotação atualizada é R\$931 milhões e 827 mil, dos quais R\$426 milhões vêm da arrecadação própria da Funapol. Então, no momento da apresentação da proposta orçamentária, nós indicamos, como parte dos recursos, justamente a Funapol neste montante de R\$426 milhões e 64 mil.

Nós temos também, como arrecadação própria, a Conta nº 0374, que tem R\$48 milhões, também destinados ao custeio da Polícia Federal.

Então, fica esta divisão: 50% de orçamento do Tesouro; 50%, recursos próprios de arrecadação da Polícia Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – O senhor poderia repetir o número?

O SR. FERNANDO DURAN – A dotação inicial era de R\$883 milhões e 827 mil.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Dr. Alexandre, Secretário de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso.

O SR. ALEXANDRE BUSTAMANTE DOS SANTOS – Quanto à pergunta da avaliação, Senador Pedro Taques, o Tribunal de Contas da União começou, dentro de um projeto, a fazer a fiscalização dos Estados que recebem repasses federais. O Estado de Mato Grosso já fez o contato com os auditores do Tribunal, para que seja mensurado, através de indicadores, se está tendo repercussão positiva ou negativa, o investimento federal nos Estados.

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso faz essa avaliação periodicamente na Secretaria todo ano. Então, temos nosso plano estadual de segurança pública, que é disponibilizado para o Tribunal de Contas. Através dos indicadores, das metas a serem alcançadas, ele avalia se está tendo alcance, repercussão ou não.

Quanto ao Pronasci e o Fundo Nacional de Segurança Pública, o que o Ministério da Justiça e a Senasp têm feito é lançar editais. Então, muitas vezes, ela fica muito com a parte preventiva. Criamos, no Estado de Mato Grosso, um escritório de projeto, dentro da Secretaria de Segurança Pública, para que a gente não perca recursos federais, haja vista a necessidade que têm todos os Es-

tados do Brasil de investimentos federais nas suas áreas de segurança pública. Muitas vezes, não é o que a gente necessita, mas é o que está disponível dentro da filosofia e da proposta elaborada pelo Ministério da Justiça.

Uma coisa é certa: se queremos uma segurança pública eficaz e eficiente, temos de dar condições de trabalho. Chegamos todos, profissionais da segurança pública, ao final do ano, com muita dificuldade financeira para fecharmos os nossos custeios, de área dos servidores, combustível, manutenção de viaturas.

O que é garantido – aluguéis, taxas e salários –, tranquilo, não vai faltar, mas o custeio da máquina, principalmente na área de segurança pública, que é vital, de combustível para as viaturas, sempre chega ao final do ano à míngua.

Não temos repasses federais, e, por mais que queiram os governadores e os Estados, nossos recursos são insuficientes para o tamanho da máquina que a segurança pública de cada Estado tem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra, quando for possível. Quando V. Exª quiser.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª já complementou algumas vezes e, agora, passo a palavra a V. Exª. Teremos o maior prazer em ouvi-lo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, sobre os dados aqui apresentados pelo Dr. Rogério e Dr. Fernando Duran, além de perguntas formuladas pelo nosso Senador Pedro Taques, queria discorrer, dizendo o seguinte: em primeiro lugar, na condição de Senador da República, tenho sempre que fazer o préstimo de um agradecimento à Polícia Federal, especialmente como representante de uma unidade federada.

A Polícia Federal, como instituição, salvou a minha unidade federada das garras de um crime. Foi por conta de uma operação da Polícia Federal que o Amapá, no ano de 2010, foi retirado das garras de uma organização criminosa.

Então, em uma audiência pública, na presença de representantes da Polícia Federal, não posso, nunca, deixar de fazer o registro do que representou para a história do Amapá a Operação Mãos Limpas, que foi – V. Exªs têm conhecimento disso – a maior operação da história da Polícia Federal.

E os dados apresentados por V. Exª são números que acredito devam passar por uma reflexão desta Comissão. Estes dados – R\$883 milhões –, Dr. Fernando Duran, são números aquém da tarefa republicana da Polícia Federal.

Principalmente para a polícia judiciária e para a função da Polícia Federal, não se tem segurança

pública sem capacitação e inteligência. Em especial, a Polícia Federal necessita de investimento em inteligência, para trabalhar e ter o papel republicano que a Polícia Federal tem desempenhado no Brasil hoje. Este é o papel mais republicano dos papéis republicanos, que é de combate ao crime mais organizado que existe, porque o mais comum e o mais fácil no Brasil é colocar e manter na cadeia o ladrão da galinha, o ladrão pobre. O mais difícil de se manter na cadeia é o ladrão que está engravatado, é o crime organizado, e este se instala dentro das instituições do Estado. O crime organizado se instala dentro das estruturas do aparato do Estado, como assim revelam as operações e as investigações, muitas das vezes conduzidas pela instituição de V. Ex^{as}. Não se faz isso sem investimento em inteligência. V. Ex^{as} nos revelam que a sua instituição tem feito isso com o orçamento revelado aqui. Quero cumprimentar e parabenizar a Polícia Federal, porque V. Ex^{as} têm feito milagres com esse orçamento.

Então, acho que é um debate prioritário, Senador Pedro Taques, Senador Vital do Rêgo, que temos de travar nesta Comissão, que é o debate do financiamento, no sentido de encontrarmos fontes. Parece-me que a PEC apresentada pelo Senador Capiberibe fala, por exemplo, de fontes sobre as instituições financeiras.

É um debate que devemos travar. Devemos encontrar fontes novas e alternativas. Não é possível uma instituição republicana, como a Polícia Federal, travar esse debate.

Não vou fazer essa pergunta para o Dr. Rogério Galloro e para o Dr. Fernando Duran, porque eles não estão representando aqui... Acho até que devemos trazer para um outro debate aqui a Associação dos Delegados da Polícia Federal, a Associação dos Agentes da Polícia Federal, porque são entidades que não representam o Estado. Não vou perguntar para o Dr. Rogério e para o Dr. Duran, porque eles representam o Estado. Não vou perguntar a eles sobre a autonomia da Polícia Federal, porque eles, como representam o Estado, devem aqui hierarquia e disciplina às estruturas do Estado.

Então, devemos perguntar às instituições representativas da categoria. Eu, por exemplo, defendo que a instituição Polícia Federal deve ter relação de autonomia quanto à estrutura do Executivo e creio que, nesta Comissão, devamos ter um debate mais aprofundado sobre a autonomia da Polícia Federal, outro debate que devemos aqui também travar.

Queria fazer só essas considerações, Sr. Presidente. Acredito que devamos ter um debate complementar sobre a autonomia da Polícia Federal. Não podemos avançar nesse debate, recebendo esse número, e a Polícia Federal, cumprindo o papel republicano que vem fazendo no Brasil, não pode continuar

com um orçamento de R\$883 milhões, porque, com esse orçamento, é trabalho heroico o que eles têm desempenhado em todo o País.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deixe-me colocar dois requerimentos aqui rapidamente. Já tenho quórum para votá-los.

Um é de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando, em aditamento ao plano de trabalho, sejam incluídos no rol de convidados das audiências públicas desta Comissão os representantes da Liga Nacional de Bombeiros Militares do Brasil.

O outro requerimento é que seja solicitado o auxílio dos profissionais de segurança pública ligadas à mesma liga – a Ligabom (Liga Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil).

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Outro requerimento também, do Senador Humberto Costa, sobre a inclusão de convidados na estrutura da Polícia no Brasil, Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovados os três requerimentos.

Senador Pedro Taques, V. Ex^a tem um requerimento também?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos, primeiro, votá-lo verbalmente. Depois, ...*(ininteligível)*

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sim. O requerimento, Sr. Presidente, é para que possamos novamente ouvir a Dr^a Regina Miki, a fim de tratar especificamente da questão do financiamento, e também para que nós possamos fazer, a partir do debate com a Dr^a Regina, avaliações a respeito da PEC nº 60, de 2005, que tem como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros; e da PEC nº 24, de 2012, que tem como primeiro signatário o Senador Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu aduziria também a PEC nº 26, do Senador Renan Calheiros. Essas três PECs são absolutamente complementares.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sobre financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sobre financiamento. E aí a convocação vai especificamente para a Dr^a Regina nesse sentido.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

Tendo esses quatro requerimentos aprovados, passo a palavra ao Dr. Rogério Galloro, que está em missão.

Agradeço ao Dr. Leandro por ter destinado o Dr. Rogério, mas ele está em missão e tem de pegar um voo agora.

Passo a palavra ao Dr. Rogério Galloro, só para cumprimentos finais.

O Dr. Fernando ficará conosco.

O SR. ROGÉRIO GALLORO – Exatamente. Sr. Presidente.

Muito obrigado pelo convite. Foi uma oportunidade excelente. Acho que temos de continuar. A Polícia Federal está à disposição. Todas as vezes que for convidada, for convocada, estaremos aqui. Esse assunto é vital para nós.

Senador Randolfe Rodrigues, obrigado pelos elogios à Polícia Federal.

Obrigado pela compreensão. Desculpe a todos. O Dr. Duran permanece na reunião, representando a Polícia Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Está liberado, recolha o agradecimento desta Presidência ao Sr. Delegado, Dr. Leandro, e exprima os nossos mais francos protestos de respeito e admiração ao trabalho.

Consulto o Senador Humberto Costa se tem alguma pergunta a fazer aos nossos convidados.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Não, Sr. Presidente. Gostaria de fazê-lo, mas, infelizmente, cheguei atrasado e não pude acompanhar os depoimentos. Em outra oportunidade, terei o prazer de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Consulto ao Senador Eduardo Braga se tem alguma indagação a fazer aos nossos convidados. Senador Eduardo Braga é o Relator desta área. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, só quero agradecer aos convidados e dizer que precisamos, nesta Comissão, designar um sub-relator do tema Estrutura da Polícia Brasileira, uma vez que o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que estava com esta incumbência, retirou-se desta Comissão. Aí eu coloco para que V. Ex^a possa pedir a deliberação.

Também me permita, Sr. Presidente, na próxima audiência, para discutir esse tema, que reputo o mais importante deste debate, que é o financiamento, nós pu-

déssemos objetivar esse debate a partir dessas três PECs que nós já temos em análise. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto: seria interessante pudéssemos discutir a alteração do horário desta Comissão, quem sabe, para as 14h ou 14h30min, porque nós todos sabemos que, daqui a pouco, se inicia a Ordem do Dia, e todos teremos que correr para o plenário, e esta Comissão, reputo, sem demérito de outras, é uma das mais importantes desta Casa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Complementarmente, Sr. Presidente, se for possível discutir a alteração do horário, seria interessante, se convier a todos, também discutir a alteração do dia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos por etapas. Gostaria de convidar – e pedir o apoio dos senhores – o Senador Humberto Costa, que trata desta matéria com tanto afinco – já foi relator e autor de diversas matérias nessa ordem –, para assumir essa relatoria específica sobre estrutura da Polícia no Brasil.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sim, ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Humberto Costa é meio que o homem para os sete instrumentos da Comissão de Justiça. Sempre peço socorro a ele.

O horário de 14h30min seria interessante, até porque eliminaríamos de vez o nosso almoço das quartas-feiras. Estamos saindo da Comissão de Justiça normalmente às 14h, ficamos meia hora para o almoço, mas o Senador Pedro Taques quer, numa dieta induzida, diminuir... Eu concordo. Então, 14h30min. Também imagino que favorecerá o nosso biotipo. Quem reclama são as nossas assessorias.

O horário de 14h30min na 4ª feira. Não há muito espaço para modificação. Todo mundo viaja na 5ª feira e, às vezes, há matérias... O sistema de voos do País é muito ruim para os Estados mais distantes.

Ficaríamos nas quartas-feiras às 14h30min.

Todos concordam? *(Pausa.)*

Nada mais havendo a tratar, agradeço a participação do Dr. Fernando, as suas contribuições. Agradeço a participação do nosso Dr. Alexandre.

Tenham todos uma boa tarde.

Está convocada a próxima reunião para a próxima quarta-feira às 14h30min.

Fiquem com Deus.

(Iniciada às 15 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 13 minutos.)

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

**COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA
CRIADA PARA REALIZAR ESTUDOS
E PROPOR A ATUALIZAÇÃO DA
LEI DE EXECUÇÕES PENAIS – LEP
(LEI Nº 7.210, DE 1984)**

ATA DA 8ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 2013, às 15 horas e 04 minutos, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Ministro Sidnei Agostinho Beneti e com a presença dos senhores juristas: Carlos Pessoa de Aquino, Edemundo Dias de Oliveira Filho, Marcellus Ugietto, Roberto Charles de Menezes Dias, Técio Lins e Silva, Luís Alexandre Rassi, Augusto Eduardo de Souza Rossini e Nídea Rita Coltro Sorci. Deixaram de comparecer os membros: Gamil Föppel El Hireche, Denis de Oliveira Praça, Maria Tereza Uille Gomes, Sérgio Alexandre Meneses Habib e Maurício Kuehne. Na ocasião ocorreu reunião de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Boa tarde a todos.

Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Juristas com a finalidade de realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execução Penal criada pelo Requerimento nº 848, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, colocou em votação a Ata da 7ª Reunião solicitando aos eminentes integrantes da Comissão a dispensa da leitura. Se estiverem de acordo, vamos considerar aprovada a ata da reunião. (*Pausa.*)

Não há dúvidas ou esclarecimentos.

Está aprovada a ata da reunião.

No nosso modo de realizar esses trabalhos, estamos reunidos em reunião informal nas dependências do Superior Tribunal de Justiça, ontem, o dia inteiro, desde às 9h da manhã até às 18h, à tarde. Inclusive, tomamos refeição no próprio recinto, para que isso rendesse realmente muito mais. E hoje estivemos reunidos também no período da manhã, no mesmo local, realizando os nossos trabalhos.

A Comissão caminhou bastante nos trabalhos. Chegamos até o exame do art. 106 da Lei de Execução Penal, verificando as redações propostas em substituição aos textos da lei ora vigente.

Eu quero, neste início dos nossos trabalhos agora formais aqui nas dependências do Senado Federal, mais uma vez, salientar a importância da colaboração ativa de todos os membros da Comissão; da participação ativa não somente tendo antes oferecido os projetos de textos para substituição dos textos atuais da lei, como também dos debates realizados, empe-

nhando-se todos os integrantes da Comissão, no sentido de chegarmos ao texto melhor para a execução penal brasileira.

Presidindo a Comissão, devo dizer que muitas vezes me emociono de ver como está reunida uma Comissão de alto nível no sentido do idealismo de realizar a melhor execução penal brasileira quanto à garantia de direitos fundamentais e também dos direitos do cidadão às voltas do fenômeno da criminalidade, como vítima.

Outro ponto que sempre emociona muito é ver a quantidade de experiência acumulada pelos membros da Comissão. São profissionais do dia a dia. Além de grandes juristas, são profissionais que conhecem a fundo os problemas, todos enfrentando o dia a dia das questões penitenciárias e trazendo essa colaboração.

Às vezes vem o projeto de um texto, e, em determinado momento, acabamos saindo com um texto completamente diferente, porque há disposições que se corrigem daquilo que uma só cabeça pensava. Eu experimento muita emoção de ver que trabalhamos realmente como trabalho de grupo. Não é obra de um ou de outro, mas é obra de um grupo de trabalho, de uma coletividade de juristas e de profissionais com prática da questão do setor. Por isso, eu me orgulho muito de presidir uma Comissão nessas condições, agradecendo sempre a lembrança do meu nome pela Presidência da Casa.

Eu queria franquear a palavra aos eminentes integrantes da Comissão e, se possível, em uma ou outra observação, dizemos de alguns pontos em que tenhamos avançado nesses dois dias de trabalho. E também já esclareço que vamos prosseguir com a mesma forma de trabalho: de manhã, um dia no Superior Tribunal de Justiça, que será no próximo dia 11, e depois, no dia 12, viremos para a nossa reunião formal aqui na Comissão do Senado Federal.

Professor Edemundo, por favor.

Depois o Dr. Augusto Rossini e em seguida o Dr. Marcellus.

O SR. EDEMUNDO DIAS DE OLIVEIRA FILHO

– Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente Sidnei Agostinho Beneti; demais membros que compõem essa seleta Comissão.

Eu quero caminhar na mesma linha de raciocínio do senhor e dizer que realmente para nós é um prazer muito grande. Eu aqui, na qualidade de um dos representantes da gestão do Sistema de Execução Penal, inclusive do ponto de vista de sofrer as agruras, as dificuldades de gerir um sistema prisional hoje no Brasil, diante das deficiências de ordem de estrutura material, de estrutura pessoal, acho que essa nossa oportunidade histórica, como um marco histórico no

Brasil, vai ter importância fundamental. Acho que estamos caminhando, estamos avançando. Vários artigos, vários pensamentos que estão sendo carreados para essa reformulação, de fato, podem beneficiar a gestão do sistema prisional. Eu falo aqui como um gestor, já de alguns anos, nessa milícia difícil, Ministro.

Ressalto aqui, hoje, o que discutimos acerca do tratamento diferenciado que deve receber aquele que passa por alguma perturbação mental. Eu acho que foi um avanço muito grande, porque temos sido testemunhas diárias de pessoas, o chamado louco infrator – dentro da linguagem própria do submundo do crime, o QBU – que estão sendo colocadas em um mesmo ambiente prisional. E, aí, acho que estamos compondo uma melhor maneira de gerir isso, separando para a saúde pública, além de outros avanços na parte da tecnologia, da informática.

Vamos propor que a nova lei já estabeleça, no Brasil, locais apropriados de acomodação e a efetividade do cumprimento daquilo que vamos deixar proposto, porque não adianta também caminharmos para o mesmo dilema que vivemos hoje de uma lei considerada boa, avançada, mas que, de fato, na prática, não é cumprida. Então, isso, como falamos desde o início – não é, Ministro? – é uma preocupação permanente nossa. Que essa lei, realmente, tenha efetividade no Brasil.

Então, eu acho que estamos avançando.

Como representante dos gestores do sistema prisional brasileiro, acho que estamos caminhando, e bem, e quero parabenizar o senhor, nosso Presidente, assim como a todos os membros aqui presentes, com suas experiências em suas áreas, mas comungando do ideal comum de trazermos uma legislação boa e efetiva para essa área tão difícil do sistema de execução e da Justiça Penal brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Agradeço ao Dr. Edmundo as palavras, e agradeço as que dirigiu a mim. Buscamos realmente isto: uma execução penal de resultados concretos.

Dr. Rossini, por favor.

O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI – Sr. Ministro Sidnei Beneti, Presidente desta Comissão, inicialmente quero agradecer a generosidade do senhor, do STJ, dos seus servidores, a Sílvia, a sua Chefe de Gabinete, aos servidores aqui do Senado que lá estiveram fazendo anotações, a memória, registrando todos os debates, aqui o Reinilson e tantos outros que nos auxiliam sobremaneira.

A Dr^a Tereza e o Dr. Maurício Kuehne me fizeram portador do pedido de escusas e da justificativa da ausência deles aqui nesta reunião pública, porque ambos estão hoje, neste instante e de uma maneira até paradoxal, recebendo o Ministro, que é o meu chefe, o

Ministro da Justiça, que está lá, hoje, assinando documentos para a construção de 20 unidades prisionais com recursos federais e estaduais – é a contrapartida estadual. Portanto, ambos pediram-me que eu fosse portador dessas escusas. O Maurício esteve ontem conosco; a Tereza, encaminhou o André, que é um Defensor Público muito atuante, que nos auxilia bastante.

Ministro, mais uma vez, nós avançamos sobremaneira. Vemos que nós, os gestores – temos dois Secretários de Justiça, a Dr^a Tereza e o Dr. Edemundo –...

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Se V. Ex^a me permite, eu gostaria de sugerir que desse uma pequena informação a respeito dos avanços também no tocante aos presídios da área federal, por favor.

O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI – Isso que eu vou fazer agora. Ah, na federal também.

Ministro, essa visão do gestor, essa visão do jurista, do advogado, da juíza, do juiz tem formado um caldo muito importante. Avançamos muito. As diferenças permitirem que consensuemos a maioria das decisões. Poucas, pouquíssimas decisões foram tomadas através de votação por maioria. A essência dessas reformas que vamos propor formalmente ao final vem do consenso, vem do diálogo construtivo.

Nós avançamos muito, Ministro – só para consignar – no papel dos Conselhos. Vários juristas ofereceram sugestões. O Conselho de Comunidade avançou muito, inclusive com sugestão de que a ele se dê o poder de promover Ação Civil Pública. O Conselho Penitenciário Estadual, além de manter algumas atribuições antigas, que ele também tenha uma intersecção, um trabalho em conjunto com os Conselhos de Comunidade, transformando, diríamos assim, em um ambiente em que os Conselhos de Comunidade do Estado poderão ir e receberão, em pé de igualdade, o tratamento, podendo também, naquele mesmo ambiente, oferecer a contribuição.

Avançamos muito na questão das faltas. Na falta grave, notadamente a fuga e a tentativa de fuga, houve a tipificação da tentativa de fuga como falta grave. Isso é importante por conta de todos os argumentos trazidos. Acerca das faltas leves e médias, que não estão tipificadas, esta Comissão entendeu por bem deferir ao CNPCP (Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária) a possibilidade de vir a resolução elencar essas faltas médias e leves, porquanto cada Estado tem uma característica, e a ideia é uniformizar para haver um tratamento isonômico no Brasil inteiro. Dessa forma também, dando essa atribuição ao CNPCP, temos outro Conselho que se fortalece por conta do trabalho desta Comissão.

Nós também avançamos muito, se me permite dizer, na questão dos servidores prisionais. A escola

de serviços penais teve uma redação avançada, oferecida pelos juristas, culminando com uma decisão que me parece absolutamente acertada no sentido de o servidor prisional de carreira, efetivo, que tenha curso superior, que tenha especialização, que tenha experiência na carreira, possa ele, preferencialmente, ser diretor das unidades, ou seja, enaltecendo o papel e reconhecendo no servidor prisional um protagonista e não só coadjuvante da questão prisional no Brasil.

Iniciamos o debate também sobre o semiaberto. Há propostas de trazer para a LEP (Lei de Execução Penal) o ordenamento jurídico, ou seja, a legislação que trata do Sistema Penitenciário Federal, para que não fiquem leis esparsas, nem em decretos. Pretende-se trazer para o bojo da LEP o tratamento do Sistema Penitenciário Federal. Assim também avançamos bastante na questão das alternativas penais. Temos um regramento mais específico com relação às alternativas penais.

Na questão da mulher encarcerada, olhou-se não só para o ambiente prisional, ou seja, a arquitetura prisional, mas também dando à mulher e ao seu filho bem como à gestante, àquela que já traz consigo o filho, um tratamento adequado. Enfim, houve avanços significativos não só nos debates, mas na proposta de redação. A mulher encarcerada foi vista e foi olhada com cuidado. A Dr^a Nídea pode avançar mais no detalhamento, pois a ela foi dada essa possibilidade de oferecer, já que ela trabalha no dia a dia nessa atividade-fim, ou seja, com a questão da mulher presa.

Enfim, acho que foi o de que me lembrei, também permitindo que os colegas e companheiros possam se manifestar trazendo para público, para o conhecimento de todos e todas, para a Nação, para o País aquilo que esta Comissão tem feito.

Então, sempre sob a batuta de V. Ex^a – V. Ex^a tem nos dado a oportunidade de falar bastante, de oferecer as nossas opiniões – e como um bom juiz que é, ouvindo bastante e tomando as decisões ao final, então, louvo o trabalho de V. Ex^a, e louvo também o trabalho de todos os companheiros com quem tenho compartilhado. Tive a honra histórica de testemunhar e ver pessoas de tanta competência, de tanta história. Enalteço hoje, de maneira especial, o Dr. Tício, que trouxe muito da sua história, do seu conhecimento. É jovem há mais tempo, como eu disse, e, em sendo jovem há mais tempo, essa jovialidade nos encanta. E há tantos outros aqui; o Marcellus, a Nídea, enfim, todos, para não nominar um ou outro

Trago aqui o agradecimento do Ministério da Justiça, na minha pessoa. Como Diretor-Geral, também quero expressar aqui o sentimento daqueles que trabalham no Depen e que têm recebido as demandas

dos Estados. Nós tivemos, como Poder Executivo, a possibilidade de, no Legislativo, na Casa dos Srs. Senadores, oferecer aquilo que de melhor podemos oferecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)
– Muito obrigado.

Agradeço ao Dr. Augusto Rossini, por suas considerações muito completas e bastante pormenorizadas sobre os assuntos de que tratamos na nossa reunião.

Vou conceder a palavra ao Dr. Marcellus.

Em seguida, vou solicitar à Dr^a Nídea que faça um relato também, sobretudo, a respeito das preocupações quanto à mulher encarcerada. A Dr^a Nídea é juíza exatamente na área de execuções penais de São Paulo, nesse setor.

Depois, falará o Prof. Carlos Pessoa de Aquino.

Com a palavra, o Dr. Marcellus, que é promotor de justiça em Pernambuco, em Recife.

O SR. MARCELLUS DE ALBUQUERQUE UGIETTE – Boa tarde a todos!

Quero saudar o Ministro Sidnei Beneti, em nome de quem saúdo os demais integrantes da Comissão.

Quero fazer minhas as palavras dos demais interlocutores que já falaram, o Dr. Edemundo e o Dr. Rossini, no sentido de louvar o seu trabalho e a sua forma serena e democrática de conduzir esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)
– Muito obrigado.

O SR. MARCELLUS DE ALBUQUERQUE UGIETTE – Eu gostaria de ressaltar que, na reunião de ontem e na de hoje, nós conseguimos superar os dois primeiros eixos, o eixo administrativo e o eixo disciplinar, a questão dos direitos e dos deveres, e já nos deparamos, então, com o terceiro eixo, o dos órgãos de execução penal.

Nesse aspecto, creio que nós conseguimos avançar no que diz respeito às atribuições do Ministério Público e da Execução Penal, expressamente colocando na nova Lei de Execução Penal a possibilidade de demandar, em ação civil pública, nas áreas de direitos humanos, de cidadania e de patrimônio, aquilo que diz respeito à execução da pena.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)
– Inclusive, eventualmente, quanto à necessidade de mais presídios ou penitenciárias, não é?

O SR. MARCELLUS DE ALBUQUERQUE UGIETTE – Exatamente!

A questão que se ajusta aos direitos humanos está implicitamente colocada nessa questão.

Avançamos também no que diz respeito aos conselhos da comunidade, ao patronato, como bem citado pelo Dr. Rossini.

E, como citou o Dr. Edemundo, na questão do louco infrator, há um enfrentamento bastante árduo que a sociedade terá de compreender, porque a lei é de 2001, que é a Lei nº 10.216, que é uma lei antimanicomial, mas que, acima de tudo, é uma lei que traz a reforma psiquiátrica como grande viés, como grande fim. Então, há a busca de um novo paradigma, de uma nova filosofia, retirando da área de segurança pública a questão da pessoa com distúrbios mentais em conflito com a lei para a área de saúde, onde, realmente, ela deve ser tratada através das residências terapêuticas, dos CRAS, sem sofrer o abandono que, por via de regra, sofre nos antigos manicômios, hoje chamados de hospitais de custódia e de tratamento psiquiátrico.

Quero ressaltar também um grande avanço com relação à cadeia pública, que é, na realidade, sem dúvida, uma alternativa à situação que vivenciamos hoje nas penitenciárias e nos presídios, no sentido de que aquele preso não reincidente possa ficar próximo à família, desde que a pena seja de até oito anos. Com isso, ele pode cumprir a pena próximo à família, podendo trabalhar, podendo ser parcela ativa e cuidando efetivamente da sua reinserção social.

O que tenho percebido e quero ressaltar ainda é o compromisso social que o senhor bem ressaltou no início da sua fala, a resposta social que estamos tentando dar aqui, nesta Comissão, sob a sua batuta, no sentido de não nos esquecermos do mandamento da sentença condenatória, que é a punição, primeiramente, e a reinserção social com responsabilidade, apontando o caminho da ressocialização, para tornar a Lei de Execução Penal factível também nesse ângulo, nesse aspecto.

Por fim, lembro que a Drª Nídea vai falar sobre a questão da mulher. Penso que já avançamos e temos muito ainda a avançar nessa questão, com a construção de creches, com todo esse arcabouço de pensamentos e de reflexões que ainda vamos fazer, evidentemente contando com a sapiência e com a competência da Drª Nídea.

Eu gostaria de ressaltar, ao final, que tinha sempre uma preocupação com relação à questão do servidor penitenciário, de ser preferente, ter a preferência, desde que apresente os requisitos para dirigir as unidades prisionais. Esse, sem dúvida nenhuma, é um reconhecimento, como disse o Dr. Rossini, mas também conseguimos avançar no que diz respeito à presença do servidor penitenciário no Conselho Penitenciário Estadual e no Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Creio que isso, sem dúvida nenhuma, tem uma representatividade muito forte, já que são pessoas que estão ali no *front*, que estão no

dia a dia da cadeia, da penitenciária, do presídio, em contato com esse cidadão que está sendo encarcerado.

O Dr. Rossini e o Dr. Edemundo já fizeram esse relato com bastante clareza.

Sem dúvida nenhuma, nos honra, a todos nós, fazer parte desta Comissão.

Creio que nas outras reuniões devemos avançar ainda mais com esse viés do consenso. O consenso sem subserviência; consenso pela ideia, pela reflexão.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Muito obrigado ao Dr. Marcellus pelas suas observações, sempre muito completas e apropriadas.

A Drª Nídea Rita Coltro Sorci é juíza de execuções penais de São Paulo e incumbida de presídios femininos. Eu vou solicitar a Drª Nídea que dê uma informação de como nós começamos a enfrentar a questão da mulher presidiária, envolvendo também a família, os familiares, as crianças que visitam. Esse assunto não está fechado, não se exauriu, vai ficar um pouco mais para frente, mas algumas ideias já começaram a se delinear, inclusive no tocante aos locais para crianças, as creches, e abrangendo também a acomodação dos servidores, de visitantes, eventualmente, mas esse é assunto que vamos, mais para frente, examinar.

Drª Nídea, por favor.

A SRª NÍDEA RITA COLTRO SORCI – Boa tarde a todos! Na pessoa do Ministro Sidnei Beneti cumprimento todos.

Peço licença para citar aqui Fernando Pessoa. Ele disse que o homem é do tamanho do seu sonho. Então, se for por esse raciocínio, hoje eu me sinto uma gigante!

Nós fizemos vários avanços não só na parte administrativa, mas na parte jurisdicional. Então, prescrever ali um prazo para a prescrição. A sustação cautelar, que hoje é uma prática, mas não havia o respaldo da lei; havia muitas discussões. A questão de serem bimestrais as inspeções pelo Ministério Público, pelo Judiciário. A previsão da guia de recolhimento provisória, que não existia também. Nós trouxemos para a LEP hoje a atualização. Questões práticas que, às vezes, por não estarem ali na LEP, levam o juiz, em razão obviamente de uma atuação da defesa ou do Ministério Público, a desviar o foco do processo de execução, que é a busca do preso, da ressocialização dele, da melhor adequação da pena – como executá-la – por questões jurídicas e burocráticas que não estão na LEP. Então, isso foi, sim, um significativo avanço.

Com relação à mulher encarcerada, só a iniciativa de um capítulo à parte para ela já é mais um grande avanço. A discussão da situação dela no encarceramento, a situação dela pós-encarceramento, com fa-

mília. A creche é uma realidade, já está hoje na LEP, mas será dentro, será fora? Como será esse convívio familiar com a criança? Haverá o desligamento? Em que idade?

São questões profundas que, justamente em razão de um estudo aprofundado, nós decidimos, toda a Comissão, sob sua Presidência, deixar para o final e com um capítulo específico, mas vários pontos já foram ali marcados.

Por final, agradeço mais uma vez o convite para esta Comissão. Não conseguiria nem mensurar como é grata a presença aqui por discutir coisas que vivencio dia a dia e o dia todo praticamente, porque nós, juízes, ficamos mais no fórum do que em casa.

Por fim, quero manifestar aqui, registrar meu pesar, porque infelizmente não poderei estar na próxima reunião, mas tenho certeza de que os colegas juristas continuarão discutindo a fundo todas as questões. Haverá ali o art. 112, a questão da progressão, o exame criminológico

Infelizmente, eu não tenho como desmarcar uma viagem que tenho agendada desde janeiro, mas tenho certeza de que os senhores analisarão. Estarei lá rezando para que sejam analisadas as minhas propostas, pelo menos para que surja a discussão e para que cheguem a um ponto comum, o melhor ponto, com certeza, como sempre fazemos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Obrigado, Dr^a Nídea. Certamente, V. Ex^a terá condições de examinar tudo depois, porque estamos agora enchendo os artigos da lei com as posições novas, com a redação nova que sugerimos. Depois faremos a visão de todo esse conjunto. É mais ou menos o método cartesiano: vamos analisando, parte por parte, e depois faremos a composição da visão do todo. E na redação inclusive dos artigos que forem tratados na próxima reunião, haverá a participação ativa de V. Ex^a.

Prof. Carlos Pessoa de Aquino, da Paraíba.

O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO – Eminente Presidente desta Comissão, Ministro Sidnei Agostinho Beneti, saúdo efusivamente V. Ex^a, e, assim fazendo, saúdo todos os colegas que compõem este colegiado e a colega Nídea, única mulher a nos prestigiar com seu talento, sua capacidade, seu exemplo e sua trajetória neste Conselho.

Eminente Presidente e colegas, estou a falar por último, mas, antes de qualquer coisa, quero dizer que tudo que estamos realizando e materializando, indo ao encontro dos anseios e das expectativas do povo brasileiro, tem sob sua condução norteados nossos trabalhos. Esta nau tem um comandante que nos dá o

seu exemplo, a sua determinação e a sua consciência acerca da responsabilidade que recai sobre todos nós.

O Conselho Penitenciário, por exemplo, se integrou aos Conselhos da Comunidade, que tinham um papel, digamos, sem efetividade. Nós fizemos o Conselho da Comunidade se integrar ao Conselho Penitenciário e criar uma representatividade bastante heterogênea, porém com poderes estatuídos explicitamente dentro do novo cenário que se descortina para a sociedade brasileira. Ambos comungados nesse esforço de auxiliar o Poder Público para bem e melhor servir à nossa sociedade, inclusive com a modificação do mandato, que passou para três anos, e, com isso, proporcionar essa rotatividade e essa mudança constante dos valores do pensar, dos costumes e da organização desses colegiados.

Então, a valorização dos Conselhos da Comunidade integrados aos Conselhos Penitenciários, atrelados nos valores do interesse público e até mesmo mediante a autorização expressa para que promova a ação civil pública para fim de resguardar o interesse de nossa sociedade e na manutenção dessas justas aspirações é que eu acho fabulosa. É uma coisa que precisa ser dita, porque é a cidadania valorizada, avocada, para que possa participar de forma viva, ativa, presente e participativa.

A busca – inspirados por V. Ex^a – da desburocratização, do excesso de formalidades. Nós partimos para a agilidade, a perfeita fluência, a consecução dos ideais e dos objetivos, de serem efetivamente alcançados. É fundamental essa leveza, tirar o peso legal, a fim de se obter a ação estatal de forma premente e imediata. Essa fluência nos trâmites a serviço da cidadania eu também acho formidável.

A excepcionalidade para que os presos, em certas ocasiões, em certas condições, por exemplo, com pena de reclusão de até oito anos e que não sejam reincidentes, possam cumprir penas em cadeias públicas. Isso, de certa forma, já leva o cidadão para mais próximo e, inclusive, criar essa possibilidade da convivência com a sua família, para que preferencialmente sejam edificadas as unidades prisionais que compõem o sistema penitenciário na região metropolitana, na proximidade da sua comunidade.

A expedição da guia também é outro avanço, já dito por todos os meus antecessores, sobretudo pela Dr^a Nídea; a expedição de forma concreta, palpável, expressa. Inclusive, é preciso que se diga: supressão de artigos, criamos a coragem para, com muita segurança, suprimirmos dispositivos da atual lei que não tinham efetividade, letra morta. E nós fizemos essas mudanças. O ingresso do pessoal encarregado da vigilância das unidades prisionais mediante concurso

público, tendo um vínculo efetivo formal, para que os diretores, preferencialmente, sejam dotados de curso superior, para que a sociedade veja que aquela pessoa tem preparo, tem conhecimento daquilo que ela abraça.

Isso é o que me ocorre, eminente Presidente, caros colegas. Porque tanta foi a nossa produção, e repito, graças à iniciativa sua, Sr. Presidente, de nos levar ao recinto sacrossanto do tribunal da cidadania, o Superior Tribunal de Justiça, mercê da sua generosidade em nos abraçar e nos acolher para que nós ali produzíssemos para trazermos aqui, à Casa do povo, o resultado da nossa inspiração acerca dessa matéria que nós nos propusemos realizar, com muito esforço, mas com muita altivez, com muita segurança, com muita dedicação e com muito estudo. Mas aqui estamos, Sr. Presidente, graças a Deus.

Então, essa visita bimestral do Ministério Público emparceirado com o juízo da execução penal a fim de, presente àquelas unidades, ouvir, auscultar a comunidade prisional e saber dos seus problemas com mais tranquilidade, com mais lucidez. Aí é uma conquista da Dr^a Nídea, juntamente com todos, trazendo essa aspiração desse segmento da nossa Comissão, que é o segmento do Judiciário, representado respectivamente por V. Ex^a e pelo eminente Presidente.

De forma que, Sr. Presidente, eu estou muito vivamente feliz, muito comovido, porque nós demos um avanço, chegamos a praticamente a metade da Lei de Execução Penal sendo revista, sendo estudada, sendo analisada, sendo pesquisada, e esse mergulho não tem como retroceder. Estamos nessa marcha batida ao encontro dos sonhos e das aspirações do povo brasileiro.

Agradecemos a V. Ex^a a nossa condução, como nosso *bâtonnier*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Muito obrigado, Prof. Carlos Pessoa de Aquino pelas suas palavras à Comissão e à Presidência.

Dr. Tércio Lins e Silva, por favor, eminente integrante, com todo o gabarito que S. Ex^a traz à Comissão.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Presidente, não, eu sou um rábula criminal que fico aqui impressionado com o entusiasmo da Comissão. E esse entusiasmo deve-se ao Presidente, que consegue, como vários já disseram, conduzir com fidalguia, com segurança, e nos aconselhar. E realmente não temos grandes divergências e conseguimos chegar ao consenso. E isso é possível pela sua habilidade, pela sua fraternidade e, sobretudo, pelo seu conhecimento na matéria, embora não seja um juiz criminal, mas tem história na vida profissional que o credencia a esse título de Presidente desta Comissão.

Eu vejo, Presidente, que essa coincidência também de caber a V. Ex^a a reforma da lei que foi conduzida por um ministro do Superior Tribunal de Justiça, grande Ministro Francisco de Assis Toledo, extraordinário Ministro, com quem eu convivi como advogado e participei do congresso, grande congresso, gigantesco congresso que precedeu a reforma de 1984, de matéria penal, que redundou na Lei de Execução Penal ainda em vigor, ainda considerara uma excelente lei, apesar do tempo decorrido, e nós estamos aqui ajustando aqui e acolá e nos deparando com o que ela tem de positivo e como ela tem coisas que, se tivessem sido aplicadas, teriam ajudado a melhorar o sistema penitenciário.

De maneira que eu só quero enaltecer essa condução, o entusiasmo da Comissão, que tem variados pensamentos e formações diversas - o que dá autoridade à Comissão, porque cada um tem sua maneira de ver as coisas de acordo com a visão da sua formação profissional; há aqui profissionais de diversos ramos e de diversas áreas: juízes, promotores, advogados, servidores, etc. –, o que vai nos permitir apresentar um trabalho com o qual, oxalá, a gente possa continuar entusiasmado o resto da vida, porque, às vezes o resultado com que nós contribuímos na elaboração nem sempre se mantém. Mas oxalá fiquem mantidas as coisas fundamentais que estamos trabalhando.

Então, quero só fazer este registro da coincidência de ser a continuidade de um membro do Tribunal da Cidadania de conduzir este trabalho, e que fica para a Nação. Temos aqui uma advogada criminal, a Carla Rahal, que é testemunha aqui desse... Oxalá ela seja juíza do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, e aqui há membros inclusive que têm resultados brilhantes graças a ela – não é, Luís? (*Risos.*)

Apenas quero registrar, para nossa honra, a presença da Carla, que é uma colega brilhante e querida, e dizer à Nídea que ela não sinta saudades do tempo que vai faltar, porque hoje, com os recursos de teleconferência, vamos ligar o Skype durante o dia, e você vai participar da reunião. (*Risos.*)

A SR^a NÍDEA RITA COLTRO SORCI (*Fora do microfone.*) – Não sei se consigo lá da Tailândia. (*Risos.*)

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Mas o Senado tem tradutores aqui para tailandês, e você participar pela teleconferência... (*Risos.*)

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – É isso, Presidente.

Acho que nós só temos a agradecer o seu carinho, a sua hospitalidade lá no Tribunal e aqui, no Senado, e oxalá consigamos não só cumprir o prazo que a Casa nos deu, como apresentar um trabalho que seja digno de cada um de nós na prestação deste serviço ao País.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Muito obrigado ao eminente Dr. Tércio Lins e Silva, que

é o veterano nosso de participação das comissões de reforma legislativa e uma eminência muito grande na área penal, não só na advocacia, mas nos cargos públicos que exerceu, inclusive a Secretaria de Justiça do Rio de Janeiro, com toda a importância que isso significa.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Quero ressaltar a presença aqui, muito honrosa para nós, do eminente integrante da Comissão de Reforma do Código Penal, Dr. Emanuel Cacho.

Seja bem-vindo.

Tenho a satisfação de dar a palavra ao Dr. Roberto Charles, por favor. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Dr. Rassi, deseja falar? Não?

Pois não.

O SR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS

– Cumprimentando os colegas, queria registrar que seria despidiendi a manifestação, depois de tão eloquentes falas dos colegas que me antecederam, mas apenas gostaria de cancelar todos os discursos, muito eloquentes e pertinentemente proferidos, no que se refere aos trabalhos que a Comissão vem desenvolvendo sobretudo naquele ponto com o qual somos todos concordes, unânimes, sobre a competência do Presidente e a simpatia com a qual somos dirigidos nos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Muito obrigado.

O SR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES

DIAS – É uma satisfação grande tê-lo como nosso *bâtonnier*, para usar o termo já aqui expressado pelo Carlos Pessoa de Aquino, nosso poeta lá da Paraíba, e, mais uma vez, registrar a satisfação e a alegria de compor uma comissão com tão altas autoridades intelectuais, de tamanha estatura intelectual.

E, por questão de justiça, Ministro, já que o senhor fez referência às nossas qualidades na condição de juristas e de debatedores, sobretudo pela multidisciplinaridade dos participantes, também precisamos, conforme pontuou o Rossini, tributar o sucesso e os resultados do trabalho desta Comissão ao trabalho de assessoramento efetivo e eficiente que temos tido de todos os nossos colaboradores, entre os quais destaco, sobretudo, a sua chefe de gabinete, Dr^a Sílvia, uma pessoa que, além de ter uma beleza plástica fenomenal, tem uma simpatia e uma competência extremas na condução dos trabalhos, e, aqui, no Senado, a pessoa do Reinilson, sempre eficiente no atendimento das nossas solicitações. Ele tem – e o Tício aqui apoia a fala – nos atendido prontamente.

Registro, Ministro, a questão do semiaberto como ponto em que, a meu sentir, talvez tenhamos mais dificuldade e par o qual a gente precise realmente dar

uma resposta à sociedade. Iniciamos a discussão a respeito do semiaberto. A população não compreende essa forma, muitas vezes, de progressão da pena no que se refere ao condenado por prática criminal, sobretudo naqueles crimes de maior repercussão, mas é preciso, sim...

Nós compreendemos que a nossa obrigação é propor e nós vamos trazer à discussão, vamos levantar a bola, como diria o ex-Presidente Lula, usando a linguagem figurativa do futebol, para que o Senado chute. Queremos colocar a questão num ponto bastante favorável para que o Senado possa marcar aquele gol que a população inteira espera – não é isso, Carlos Pessoa de Aquino? –, sem pênalti, sem penalidades.

E, nesse contexto, há coragem da Comissão em discutir um tema de tamanha relevância, porque isso mexe de forma fundamental com a estrutura da execução da pena. Estamos caminhando para uma discussão que finalmente possa nos levar a criar um modelo brasileiro de cumprimento de pena diferente, parece-me, de quase tudo que acontece no mundo. Não há, no mundo, modelo semelhante ao que criaremos, mas vamos, ao nosso jeito e de acordo com nossas condições culturais e sociais, formando nosso modelo.

Essa questão não é consensual na Comissão, e vamos debater isso, mas, certamente, encontraremos uma solução para propor ao Senado, que, acreditamos, levará isso para debate com a sociedade e, finalmente, poderá propor. É uma das questões, a meu sentir, das mais importantes. Não que as outras sejam menos importantes, mas essa é, talvez, a que mais chama a atenção da sociedade.

Há um ponto em que discutíamos – nós, pessoalmente – referente à competência do juízo do processo no que se refere à possibilidade de que ele perdesse a capacidade de mandar prender, pelo trânsito em julgado da sentença, e isso fosse atribuído ao juiz da execução; mas nos curvamos ao argumentos de que o juízo da execução tem de tratar de execução e não de papelório, de burocracia. Ele tem que, efetivamente, tratar de execução para que não tenha a desculpa de que está assoberbado, cheio de processos, cheio de papéis e que não consegue cuidar da execução, pois tem que fazer despachos, que analisar, que mandar fazer e essa coisa toda. Enfim, tornar a execução realmente algo que trate de execução apenas e que se tire o máximo de processo possível da tarefa do juízo da execução. E é nesse contexto que nós estamos caminhando e, tenho certeza, sairemos ali, ao final, vitoriosos com esse propósito.

No mais, é agradecer a todos e já registrar a minha ansiedade e a minha saudade já na certeza de

que nos encontraremos todos daqui a dez dias para continuarmos com esses debates que têm sido, de fato, muito estimulantes.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Muito obrigado, Dr. Roberto Charles, pelas palavras dirigidas a mim e aos membros da Comissão.

E caminhamos sim; caminhamos muito nesse sentido de que a reforma tem por objetivo, também, enxugar o trabalho burocrático das varas de execuções, a fim de que os profissionais envolvidos com a execução da pena possam dedicar os seus esforços ao foco principal que é o ser humano que esteja privado da sua liberdade ou para que este ser humano possa, realmente, deixar de ser alguém que venha a atentar contra a sociedade; enfim, que se cuide e se preserve o ser humano prisioneiro e se preserve a própria sociedade quando da reinserção social dessa pessoa.

Um ponto a que eu queria, rapidamente, me referir – e que é muito importante, tanto assim que começou a ser tratado na reunião desses dias – é que nós começamos a cuidar da informatização; começamos a cuidar, efetivamente, de mecanismos de informatização, a começar da carta de execução. Quer dizer: estamos realmente caminhando para aquilo que é a modernidade. Sabemos das dificuldades existentes em nosso País, assim como uma dificuldade recorrente no mundo, de atingir os níveis de excelência na informatização, mas não vamos evitar esse desafio. Vamos caminhar no sentido de trazer os vetores e os instrumentos mais modernos para que a execução se faça com a menor quantidade possível de papéis e que se faça, realmente, por intermédio da informatização. É uma matéria processual sobre a qual todos nós depositamos muita esperança.

Quero justificar que alguns dos membros da Comissão tiveram já de retornar às suas cidades de origem em razão dos compromissos que têm, mas que a participação ativa de alguns que neste momento aqui não se encontram foi muito importante para os trabalhos desses dias de reunião da Comissão.

Ainda antes de encerrar, quero novamente lembrar que teremos a nossa próxima reunião nos dias 11 e 12 de novembro, fazendo, dessa forma, uma parte informal, com mais comodidade em torno das mesas de trabalho, para que nós possamos ir fechando as redações, os projetos para debate futuro dessas redações e o seu fechamento definitivo. Em seguida, viremos prestar contas aqui, na nossa reunião formal, nesta Casa, que é a Casa da Comissão, onde nós todos nos sentimos muito orgulhosos por estar.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 15 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 54 minutos.)

Ministro **Sidnei Agostinho Beneti** – Presidente.

COMISSÃO ESPECIAL INTERNA DO SENADO FEDERAL DESTINADA A EXAMINAR O PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 236, DE 2012, QUE REFORMA O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO.

ATA DA 14ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 14ª Reunião da Comissão realizada em 20 de agosto de 2013, às 14 horas e 56 minutos, na Sala nº 09, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador **Eunício de Oliveira (PMDB-CE)** e com a presença dos Senadores (as): **Pedro Taques (PDT-MT)**, **Ana Rita (PT-ES)**, **Ricardo Ferraço (PMDB-ES)**, **Sérgio Souza (PMDB-PR)**, **Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)**, **Armando Monteiro (PTB-PE)**. Deixaram de comparecer os Senadores (as): **Benedito de Lira (PP-AL)**, **José Pimentel (PT/CE)**, **Eduardo Suplicy (PT-SP)**, **Cícero Lucena (PSDB/PB)**, **Eduardo Amorim (PSC-SE)**, **Jayme Campos (DEM-MT)**, **Jorge Viana (PT-AC)**, **Lídice da Mata (PSB-BA)**, **Magno Malta (PR-ES)** e **Vital do Rêgo (PMDB-PB)**. Na oportunidade foi realizada reunião de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Havendo quórum regimental no Livro de Presença, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Especial Interna destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que trata da reforma do Código Penal Brasileiro.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, coloco em votação a Ata da 13ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura da mesma, tendo em vista que foi distribuída aos Srs. e às Srªs Senadoras membros desta Comissão Especial.

Os senhores membros que concordam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Conforme convocação, a presente reunião foi agendada para que o Relator, Senador Pedro Taques, possa apresentar seu relatório preliminar da Comissão de Reforma do Código Penal.

Antes de dar a palavra ao Relator, para que ele possa apresentar o seu relatório preliminar, quero submeter aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras um calendário, para que, após essa apresentação do Senador Pedro Taques no dia de hoje, a gente possa, a partir do dia 2 de setembro, abrir prazo regimental para que, até o dia 13 – portanto de acordo com o Regimento, mas com o entendimento desta Comissão –, para que aproveamos aqui um calendário.

O Senador Pedro Taques apresenta no dia de hoje o seu relatório, e nós passaremos, a partir do dia 2, a contar o prazo de 10 dias úteis, portanto até o dia 13 de setembro, para apresentação de emendas, segundo esse calendário.

Do dia 2 de setembro ao dia 13 de setembro, poderão os membros desta Casa apresentar as emendas que acharem necessárias e convenientes ao relatório apresentado pelo Senador Pedro Taques.

Na sequência, o Relator terá do dia 16 até o dia 27 de setembro para apresentar o seu relatório final e parecer sobre as emendas apresentadas, quando nós teremos a condição de aprovar o relatório do Senador Pedro Taques, obviamente, ressaltados, no dia, se for o caso, os destaques, para aprovarmos o projeto que trata sobre a reforma do Código Penal Brasileiro, oriundo, obviamente, da Comissão Especial de Juristas, depois transformado no PLS nº 236, do Senado Federal.

Portanto, só repetindo: após a leitura, vamos abrir prazo de 10 dias úteis para apresentação de emendas, contados a partir do dia 2, que terminará no dia 13. E o Relator terá do dia 16 ao dia 27 de setembro para analisar as emendas e apresentar os pareceres. Obviamente, depois do dia 27, convocarei esta Comissão para aprovarmos o relatório do Senador Pedro Taques, com as emendas que forem incorporadas ou rejeitadas pelos Srs. e pelas Sr^{as} Senadoras.

Portanto, esse é o único item da pauta. O Senador Pedro Taques trouxe aqui também – e eu peço à Secretaria da Comissão que distribua; o Senador Aloysio já recebeu – o seu parecer, que já se encontra na Internet, disponibilizado para o mundo inteiro e, obviamente, para o Brasil inteiro.

Portanto, fica assim o calendário como mencionei aqui, que quero submeter aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras.

Portanto, os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o calendário.

Solicito à Secretaria desta Comissão Especial para que a gente o encaminhe, ainda no dia de hoje, para que seja feita a leitura no plenário do Senado Federal.

Passo a palavra ao Relator, Senador Pedro Taques.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço, com a aquiescência dos demais Senadores, a dispensa da leitura de todo o relatório preliminar, pois são 470 páginas. A não ser que S. Ex^a, o Senador Aloysio, digno representante do Estado de São Paulo, exija que eu leia o relatório na sua totalidade. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Pela Mesa, V. Ex^a está dispensado da leitura, tendo em vista que está na Internet, V. Ex^a está disponibilizando o avulso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, nós suspendemos o prazo para apresentação das emendas no final de dezembro, no dia 16 de dezembro do ano de 2012, e a Comissão de Senadores houve por bem, neste primeiro período desta Sessão Legislativa, ou seja, do dia 2 de fevereiro do ano passado até o dia 17 de julho, nós realizarmos audiências públicas. Audiências públicas foram realizadas, não só aqui no Senado da República, como no Ceará, como em Mato Grosso e aqueles Senadores que fizeram o pedido para realização de audiências nos seus Estados, tiveram seus pedidos foram deferidos. No entanto, em razão da falta de operacionalização, não se concretizaram as audiências públicas. Recebi – e, tenho certeza, os demais Senadores – eu tenho isso já levantado, mais de 300 associações, sindicatos, conselhos e entidades, pessoas jurídicas de todas as ordens, no gabinete que ocupo nesta Casa, trazendo sugestões para o projeto do Código Penal.

Como Relator designado pela Comissão, analisamos mais de 600 emendas apresentadas pelos mais diversos Senadores desta Casa. Essas emendas estão analisadas uma a uma e estão incorporadas ou não ao texto deste relatório preliminar que ora apresento.

Sr. Presidente, nós temos o relatório dividido da seguinte forma. Até a p. 87, do resumo, da cópia que foi entregue aos Senadores, até a p. 87 nós temos o projeto de lei – houve a transformação do anteprojeto apresentado pela Comissão, o qual foi convolado, transformado em projeto de lei – que é esse que estamos a analisar, 236, da p. 1 até a 87. Da p. 88, Sr. Presidente, até a p. 283 nós temos a análise que foi feita por mim, pelo Relator, acolhendo as emendas apresentadas, muitas delas por S. Ex^{as} os Srs. Senadores, e através do Alô Senado, que também representou um grande auxílio ao trabalho que nós desenvolvemos. Depois, a partir da p. 284, nós temos com o voto o substitutivo que apresento ao Projeto de Lei do Senado nº 236. Se V. Ex^a permitir, Sr. Presidente, eu gostaria de trazer algumas modificações, aquelas mais significativas, apenas a título de informação, porque cada Senador poderá analisar o projeto como se encontra e o substitutivo, e o cidadão que nos acompanha pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Agência Senado e pelas redes sociais, pode acessar a página do Senado, ali existe todo o projeto, com toda discussão de todas emendas apresentadas. Mas me permito, Sr. Presidente, trazer algumas modificações que foram feitas.

Primeira delas: acréscimo da pena para pessoas jurídicas, pena de publicidade do fato em órgãos de comunicação. Existem emendas para subtrair do projeto a criminalização das pessoas jurídicas além da-

queles casos previstos na Constituição. A discussão se a Constituição trouxe um piso para criminalização das pessoas jurídicas em relação aos crimes ambientais e os crimes contra o sistema financeiro ou se a Constituição da República trouxe um teto, isso significaria dizer se poderíamos acrescentar outros crimes praticados pelas pessoas jurídicas. Isso está bem discutido no substitutivo.

Um segundo ponto: maior rigor no prazo para progressão de regime. Um dos principais pedidos, reclames da sociedade brasileira é a chamada progressão de regime. A título de exemplo, hoje um cidadão comete um homicídio que o Código Penal atual denomina homicídio simples, como se pudesse ser simples retirar a vida de um semelhante. Para homicídio simples, há progressão de regime em 1/6. Isso significa que o cidadão que cometesse um homicídio simples ficaria em regime fechado apenas um ano, 1/6 de seis anos, um ano. O substitutivo traz maior rigor para progressão de regime. A progressão se fará em 1/4. Um maior rigor na progressão de regime. Apenas estou trazendo este exemplo. A pena do homicídio chamado de simples, que agora passa a ser homicídio sem o simples, sem esse adjetivo, predicativo do objeto, a pena mínima será de oito anos, Senador Aloysio, como ocorre em Portugal, como ocorre na Argentina, como ocorre em outros Estados no sentido técnico-jurídico do termo.

A Comissão de Juristas e o projeto que resultou da transformação do Anteprojeto 236 não tratavam corrupção como crime hediondo, no entanto, nós todos sabemos que nesta agenda positiva, em razão do esforço do Senado da República, foi aprovado o Projeto de Lei 204, de 2011, relatado por V. Ex^a, projeto de minha autoria, que transforma corrupção em crime hediondo. Isso foi modificado no projeto para que tenhamos essa adequação do que foi aprovado no plenário do Senado com o projeto.

Fim da prescrição retroativa com base na pena em concreto. Sr. Presidente, aqui está uma das causas da impunidade no Brasil, ao menos a meu juízo, e isso será debatido pelos membros desta Comissão.

Manutenção da eutanásia como crime de homicídio e manutenção da ortotanásia como conduta atípica. Repito. Manutenção da eutanásia como crime de homicídio e manutenção da ortotanásia como conduta atípica. Esclareço isso, Sr. Presidente.

Nós todos sabemos que eutanásia não pode ser confundida com ortotanásia. A eutanásia é causar a morte de uma pessoa a seu pedido em razão de sofrimento causado por doença grave. Permanece, essa conduta sendo praticada, como crime. Atualmente, essa conduta já é tipificada como crime de homicídio e deve continuar sendo considerada como tal a meu

juízo, tendo em vista o comando constitucional que estabelece no art. 5º da Constituição a proteção integral à vida, a proteção à vida. Já a ortotanásia é o cessar da manutenção artificial da vida com o consentimento do paciente ou, na impossibilidade, de parente próximo. Tendo em vista que ninguém pode ser obrigado a se submeter a procedimento médico, trata-se de hipótese legítima de exclusão do crime. Aliás, o Conselho Federal de Medicina do Brasil faz essa diferença que nós aqui trouxemos. Esse ponto, penso, seja importante.

Exclusão, Sr. Presidente, da... Como?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sobre esse tema recomendo um filme maravilhoso de Marco Bellocchio que está em cartaz em Brasília, chama-se A Bela que Dorme.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – A Bela que Dorme. Aliás, o Senador Aloysio é useiro e vezeiro em indicar filmes de grande qualidade. Fui a São Paulo, e o Senador Aloysio me indicou quatro filmes. Assisti aos quatro em dois dias, filmes maravilhosos, Senador Aloysio. Muito obrigado pelo seu conhecimento também nessa área.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – É baseado num fato real ocorrido na Itália há alguns anos. O filme enfoca o drama humano e, ao mesmo tempo, o conflito político a respeito desse tema. Até que ponto é possível se prolongar indefinidamente um tratamento sem nenhuma perspectiva de cura ou de reversão de um quadro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Seria a ortotanásia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Exatamente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Não a eutanásia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Não a eutanásia.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Não a eutanásia.

Muito bem, muito obrigado, Senador. Aloysio.

Posso continuar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Claro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Exclusão da possibilidade de aborto nas 12 primeiras semanas de gravidez em razão da incapacidade da gestante de arcar com a gravidez. Nós sabemos que o Código Penal atual estabelece duas possibilidades de abortamento: quando significar perigo ou risco de morte para a gestante ou em caso de ofensa à dignidade e à liberdade sexual, no caso de estupro. O projeto decorrente do anteprojeto trazido pela Comissão de Juristas trouxe a possibilidade do

abortamento em até 12 semanas, se não houver capacidade da gestante, desde que atestado por um médico ou psicólogo. Entendi, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, pela Constituição da República, na proteção global à vida, essa possibilidade da exclusão do aborto como crime seria inconstitucional, seria incompatível com o art. 5º, *caput*, da Constituição da República.

Muito bem. Permanecendo a sugestão da Comissão de Juristas, mantida por este Relator, no caso de abortamento em se tratando de feto anencefálico em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal.

Foi reintroduzido, Sr. Presidente, o crime de violação de domicílio, exclusão de padrão (...)

Foi reintroduzido, Sr. Presidente, o crime de violação de domicílio, exclusão de padrão rígido de cinco dias para determinar se o agente é usuário ou não de substância entorpecente. Nós excluimos essa possibilidade, porque nós não podemos, por mimetismo, copiar a legislação europeia, porque o Brasil não é Holanda até nos aspectos geográficos, o Brasil não é Portugal, o Brasil não é Uruguai. Por várias circunstâncias nós mantivemos a determinação da atual legislação, excluindo a possibilidade de aquele usuário de substância entorpecente ter em seu favor uma presunção de que aquela quantidade de substância entorpecente seria para uso próprio. Isso traz para o magistrado grande dificuldade no momento do estabelecimento se é usuário ou não, uma vez que nós sabemos que aquele agente que milita no tráfico de substância entorpecente pode se utilizar de estratégias como divisão da quantidade de substância entorpecente para que esta presunção possa se fazer presente. Portanto, excluimos essa possibilidade.

Reintrodução do crime de violação de domicílio. Maior rigor no combate ao enriquecimento ilícito, aqui entendendo o que se determina na Convenção de Mérida, em que a República Federativa do Brasil deve tipificar como mandado expresso de criminalização o enriquecimento ilícito, Sr. Presidente.

Trouxe uma inovação. A criminalização da doação eleitoral ilegal. A criminalização da doação eleitoral ilegal. Nós sabemos que o chamado caixa dois é tipificado no Código Eleitoral de acordo com o art. 350 como falsidade ideológica no momento da prestação de contas. Penso que esse tipo penal pode ser útil na atual quadra que o País atravessa.

Houve uma harmonização das penas para os crimes contra fauna e descriminalização de algumas condutas, Sr. Presidente. Dentre essa, harmonização das penas, cito aqui o caso famoso que suscitou debates inclusive na doutrina sobre a violação de cetáceo; a pena estava realmente exagerada, houve aqui uma razoabilidade, proporcionalidade no preceito secundário do Código Penal.

A imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade é uma outra alteração feita digna de registro, Sr. Presidente.

Exclusão do crime de racismo ou discriminação no caso de livre manifestação do pensamento crítico, especialmente no caso de opinião artística e religiosa. Uma vez que a Constituição estabelece a manifestação de pensamento como um direito fundamental do cidadão e a liberdade de crença, a liberdade de consciência, a liberdade de culto, nós temos que buscar aqui uma ponderação entre a proteção da dignidade da pessoa humana e também a manutenção dessas espécies de liberdade gravadas no art. 5º da Constituição.

Revitalização dos crimes bioéticos previstos na Lei 11.105. Essa foi uma emenda do Senador Armando Monteiro, que, aliás, nos dá a honra de sua presença, uma vez que houve um erro formal da Comissão de Juristas ao citar que a Lei 11.105 teria a sua revogação em sendo aprovado este projeto.

Exclusão, Sr. Presidente, dos crimes de guerra do novo Código Penal, uma vez que os crimes de guerra melhor estarão num subsistema, que é o Código Penal Militar, o Decreto-Lei 1.001 de 1969. Melhor estará ali e está a merecer uma reforma para que ele possa ser adequado e compatível com a Constituição de 1988.

Essas, Sr. Presidente, são algumas das alterações que fiz questão de elencar, para que possamos iniciar novamente o prazo das emendas.

Eu me coloco à disposição de todos os Senadores.

Quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo que para mim é uma honra relatar este projeto de suma importância para a sociedade brasileira.

Aqui, neste projeto, com o substitutivo ora apresentado, existem algumas verdades; são as minhas verdades, mas essas minhas verdades não podem ser superiores a nenhuma verdade que aqui se encontra. Aliás, não existe essa verdade absoluta, Senador Armando Monteiro, como V. Exª bem sabe...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – (*Inaudível.*)

O SR. PEDRO TQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sim, lembrando um pouco que essas verdades de cada um de nós dependem do que se denomina de pré-compreensões, e as nossas pré-compreensões se fundamentam na ideologia, Sr. Presidente, que cada um traz como determinismo histórico, a sua história de vida e no seu inconsciente.

Eu quero me colocar humildemente para que este substitutivo seja considerado pelos Srs. Senadores e pela sociedade brasileira. Coloco-me à disposição para receber outras contribuições, inclusive da Academia.

Fiz questão, Sr. Presidente, em sendo autorizado por V. Exª e pelo Plenário, de mandar uma cópia deste

substitutivo para cada membro da Comissão de Juristas, para cada membro de associação e de instituto que trate da matéria Direito Penal material e para as faculdades de Direito para que nós ainda possamos receber contribuições e sugestões, porque ainda existe tempo oportuno para modificações do que aqui se encontra estabelecido.

Assim, eu encerro, agradecendo, Sr. Presidente, a honra de ter apresentado esse substitutivo em razão da confiança e generosidade dos demais membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Senador Pedro Taques, em nome da Mesa que dirige este trabalho e em nome de todos Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão, temos que agradecer a V. Exª pelo belíssimo trabalho desempenhado, pela paciência. V. Exª recebeu mais de 300 associações, mais de 600 emendas aqui foram apresentadas, assim como houve audiências públicas. V. Exª teve paciência de ouvir todos para formar um juízo de valor, embora V. Exª seja um profundo conhecedor do Direito Penal Brasileiro.

Portanto, em nome da Mesa e em nome desta Presidência, eu que tive a honra de submeter aos meus pares a indicação de V. Exª, estou sinceramente muito feliz e gratificado pela certeza do empenho, do trabalho e da dedicação de V. Exª.

Mato Grosso está de parabéns, o Brasil está de parabéns e o Senado da República está de parabéns pelo relatório que V. Exª apresenta, obviamente, submetendo-o – como disse aqui – ao mundo acadêmico, aos estudantes de Direito, aos operadores do Direito e, obviamente, aos membros desta Comissão.

O Senador Armando Monteiro deseja falar? *(Pausa.)*

Vou dar a palavra ao Senador Armando Monteiro. Em seguida, vou encerrar estes trabalhos, obviamente, mais uma vez avisando que o prazo de emendas será aberto a partir do dia 2 de setembro até o dia 13. E o Relator terá do dia 16 ao dia 27 para apresentar a esta Comissão o seu relatório final.

Senador Armando Monteiro, antes de encerrar passo a palavra a V. Exª.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB - PE) – Presidente Eunício Oliveira, meu caro Relator Pedro Taques, só para fazer o registro de que me honra integrar esta Comissão e poder constatar o acerto daquela decisão que tomamos, sob a liderança do Presidente Eunício Oliveira, de fazermos uma dilação nesses prazos, de modo a que pudéssemos maturar melhor essa discussão. Portanto, naquele momento, embora existisse uma certa pressão para que o ano legislativo pudesse, por assim dizer, produzir uma proposta de Código Penal, nós tivemos o bom senso de deixar que esse debate pudesse maturar mais e aí, sob a lavra do Relator, que é indiscutivelmente uma pessoa que alia preparo técnico à competência para, reconhecendo a complexidade dessa matéria, ampliar a audiência da sociedade, de todos os segmentos, de modo a que pudesse aproximar a proposta dessas demandas que estão aí presentes.

Portanto, tenho certeza de que o corolário desse trabalho, sem dúvida nenhuma, estará consubstanciado numa proposta que tenho certeza que virá ao encontro das necessidades da sociedade brasileira e irá representar um código que esteja à altura deste momento da sociedade brasileira.

Era esse o registro que eu queria fazer, na certeza de que ainda poderemos contribuir para aprimorar mais ainda esse trabalho.

Desde já nos congratulamos com o nobre Relator, o Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando para a próxima reunião que faremos com a apresentação final das emendas, com absoluta certeza, depois do dia 27 de setembro, quando será apreciado esse relatório.

Obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 21 minutos.)

Senador **Eunício Oliveira** – Presidente.



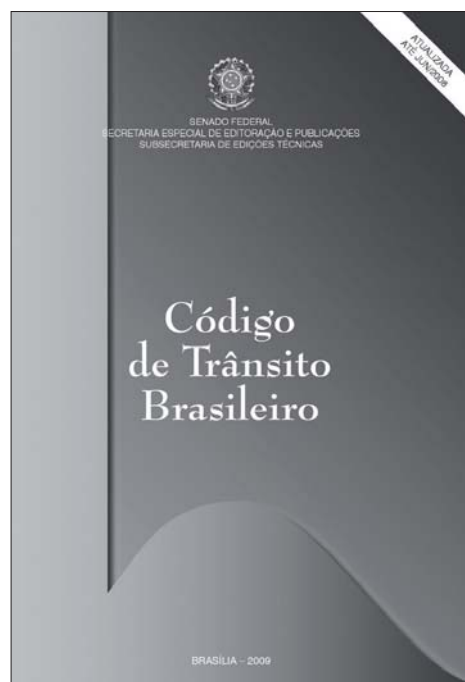
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação Eleitoral e Política



Nova Edição, agora acrescentando as Leis nºs 9.504/97, 4.737/65 e 9.096/95, a Lei Complementar nº 64/90, todas imprescindíveis à compreensão do processo eleitoral brasileiro.

Código de Trânsito Brasileiro



Este trabalho apresenta o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, acrescido da Lei nº 11.705/2008 e do Decreto nº 6.489/2008, normas disciplinadoras da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 44 páginas

(OS: 17244/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

